

PRÁTICAS PROFISSIONAIS RELATIVAS ÀS ATRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Luis Ricardo Fernandes da Costa
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

PRÁTICAS PROFISSIONAIS RELATIVAS ÀS ATRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Luis Ricardo Fernandes da Costa
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P912	<p>Práticas profissionais relativas às atribuições da ciência geográfica [recurso eletrônico] / Organizador Luis Ricardo Fernandes da Costa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-044-5 DOI 10.22533/at.ed.445201405</p> <p>1. Geografia – Educação. 2. Geografia econômica. 3. Geografia humana. I. Costa, Luis Ricardo Fernandes da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muito prazer que apresentamos a obra “Práticas Profissionais Relativas às Atribuições da Ciência Geográfica”, que apresenta uma série de cinco contribuições acerca de pesquisas no âmbito na ciência geográfica.

A abertura do livro, com o capítulo “A globalização e ressignificação do lugar: considerações teóricas sobre o lugar e a segregação na perspectiva da geografia crítica”, vem abordar uma reflexão teórica sobre o conceito de lugar e a interferência da propriedade privada e da hierarquia urbana como fatores determinantes para se pensar a acessibilidade e a segregação para dinâmica do lugar no capitalismo.

No capítulo 2 “Avaliação da precipitação na Amazônia simulada pelo modelo ETA-HADGEM2-ES no período de 1985 a 2005” apresenta interessante estudo voltado para a dinâmica climática da região amazônica com base principalmente na escala sazonal dos fenômenos.

No capítulo 3 “Sistema clima urbano como método de análise geográfica dos episódios de alagamentos no sítio urbano de Salvador (BA)” apresenta uma análise acerca da importância do sítio urbano na análise em geografia, com foco na interação do processo de uso e ocupação do solo urbano e os impactos causados pelos alagamentos.

No capítulo 4 “A psicofera publicitária do ponto de vista da rede urbana brasileira e influência estrangeira” analisa a ação da psicofera publicitária e de seus contributos para o direcionamento e incremento do consumo, do ponto de vista da rede urbana brasileira, em especial em relação à influência estrangeira.

Com temática relacionada com a geografia cultural, entregamos para o leitor a obra “A resistência do lugar comum do carnaval de rua através dos blocos não-oficiais” onde apresenta as diversas características do carnaval de rua, que se manifestam através dos blocos alternativos ou não oficiais, propondo um debate sobre essas demonstrações através de conceitos e concepções da geografia urbana.

Assim, a coleção de artigos dessa obra abrange uma diversidade no âmbito da análise geográfica, servindo bem a diversos leitores e estudiosos da geografia na atualidade.

Luis Ricardo Fernandes da Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GLOBALIZAÇÃO E RESIGNIFICAÇÃO DO LUGAR: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O LUGAR E A SEGREGAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA CRÍTICA	
Lucas Francisco Souza de Lima Ana Maria Rodrigues Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.4452014051	
CAPÍTULO 2	11
AVALIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO NA AMAZÔNIA SIMULADA PELO MODELO ETA-HADGEM2-ES NO PERÍODO DE 1985 A 2005	
Vinícius Machado Rocha Francis Wagner Silva Correia Wesley de Brito Gomes Leonardo Alves Vergasta	
DOI 10.22533/at.ed.4452014052	
CAPÍTULO 3	21
SISTEMA CLIMA URBANO COMO MÉTODO DE ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS EPISÓDIOS DE ALAGAMENTOS NO SÍTIO URBANO DE SALVADOR (BA)	
André Luiz Dantas Estevam Ricardo Mota dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4452014053	
CAPÍTULO 4	45
A PSICOSFERA PUBLICITÁRIA DO PONTO DE VISTA DA REDE URBANA BRASILEIRA E INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA	
Ronaldo Cerqueira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.4452014054	
CAPÍTULO 5	57
A RESISTÊNCIA DO LUGAR COMUM DO CARNAVAL DE RUA ATRAVÉS DOS BLOCOS NÃO-OFICIAIS	
Rafael Pereira Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.4452014055	
SOBRE O ORGANIZADOR	73
ÍNDICE REMISSIVO	74

A GLOBALIZAÇÃO E RESIGNIFICAÇÃO DO LUGAR: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O LUGAR E A SEGREGAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA CRÍTICA

Data de aceite: 04/05/2020

Lucas Francisco Souza de Lima
Ana Maria Rodrigues Vaz

RESUMO: A categoria Lugar é interpretada em suma, como elemento de identidade e vínculo afetivo para determinadas correntes de pensamento na Geografia como a Fenomenologia. Todavia, é necessário pensar além destes elementos para entender a lógica que molda os lugares na contemporaneidade, no que se refere especificamente ao espaço urbano. É preciso entender a globalização enquanto elemento vertical, a nova dinâmica dos transportes e fluxos de informações que trazem uma nova perspectiva espaço-temporal ao urbano. Porém é preciso considerar a propriedade privada, e a questão do mercado de moradias e a fragmentação de parcelas cada vez menores de espaço à habitação que trazem estranhamento aos moradores que possuem vínculos afetivos com seus lugares, e condicionam a acessibilidade de determinadas parcelas do espaço aos frutos da globalização. Determinando assim, a inserção dos moradores destes locais ao espaço global. Este artigo veio trazer uma reflexão teórica sobre o conceito de

lugar e afirmar a interferência da propriedade privada e da hierarquia urbana como fatores determinantes para se pensar a acessibilidade e a segregação para dinâmica do lugar no bojo do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar. Globalização. Geografia

THE GLOBALIZATION AND RESIGNIFICATION OF THE PLACE: THEORETICAL CONSIDERATIONS ON PLACE AND SEGREGATION IN THE PERSPECTIVE OF CRITICAL GEOGRAPHY

ABSTRACT: The Place category is interpreted as an element of identity and affective bonding to certain currents of thought in Geography such as Phenomenology. However, it is necessary to think beyond these elements to understand the logic that shapes the places in the contemporaneity, in what specifically refers to the urban space. It is necessary to understand globalization as a vertical element, the new dynamics of transport and information flows that bring a new spatial-temporal perspective to the urban. However, it is necessary to consider private property, and the housing market, and the fragmentation of smaller and smaller parcels

of space to the dwelling that bring strangeness to the residents who have affective ties with their places, and condition the accessibility of certain parcels of space to the fruits of globalization. Thus determining the insertion of the inhabitants of these places into the global space. This article came to bring a theoretical reflection on the concept of place and affirm the interference of private property and the urban hierarchy as determining factors to think about the accessibility and segregation for the dynamics of the place in the bulge of capitalism.

KEYWORDS: Place, Globalization, Geography

INTRODUÇÃO

A ciência geográfica é vista por diversos olhares e definições de objeto de estudo. Entre as correntes de pensamento geográfico; a humanística, a dialética marxista, a geografia cultural, respaldadas em métodos e filosofias distintas para a compreensão do espaço geográfico. Sendo a Geografia cultural é influenciada pela corrente humanista e método fenomenológico enquanto o método dialético marxista influencia a geografia crítica.

Para entender o conceito de Lugar no âmbito da geografia após o processo de renovação desta ciência enquanto contemporânea ao estágio mais avançado da globalização, não é o bastante apenas a concepção de espaço vivido e das expressões cotidianas. É necessário realizar uma análise crítica da luta de classes nos lugares no espaço urbano. Primeiramente, com a compreensão da hierarquia social que molda materializando diferentes formas a estes lugares, e que possuem diferentes níveis de acessibilidade no espaço mesmo no estágio mais avançado da globalização.

Este artigo tem como objetivo realizar um levantamento teórico a respeito da hierarquia social nas cidades sob a perspectiva da categoria lugar. Para isto, metodologicamente estaremos utilizando apenas a pesquisa de embasamento teórico, em um texto dividido entre introdução, o desenvolvimento, que contará com dois tópicos; no primeiro tópico realizaremos uma revisão teórica sobre o lugar dentre as linhas de pensamento que compõem o processo de renovação da Geografia, afirmando a resignificação do lugar inserido na globalização capitalista para a dialética. Posteriormente, no segundo tópico, explanaremos sobre a concepção do lugar no bojo do capitalismo, e sobre a acessibilidade, resultante da hierarquia urbana que o mesmo institucionaliza através da propriedade privada. Finalizando o texto com uma breve conclusão.

Estaremos respaldando nossa revisão teórica em autores como Ferreira (2002), Santos (2006), Carlos (2007) e Moreira (2007), para embasar a relevância da globalização e das redes na resignificação do lugar enquanto particularidade.

Em um segundo momento, realizaremos uma análise teórico-conceitual, dialogando com autores como Villaça (2001), Carlos (2008) e Harvey (2013) sobre a perspectiva da acessibilidade enquanto meio do processo entre: a propriedade privada enquanto gênese e a segregação enquanto produto.

A GLOBALIZAÇÃO E A RESSIGNIFICAÇÃO DO LUGAR

O lugar está inserido entre as cinco categorias chave que movimentam a ciência da Geografia, sendo as outras; Região, Espaço, Paisagem e Território. Esta categoria em específico começou a figurar entre os debates acadêmicos após o processo de renovação da Geografia da década de 1980 em diante, que evidenciou a Geografia Crítica e a Humanista dando outra dimensão da noção positivista de espaço cartesiano.

Resultados deste processo de renovação epistemológica da Geografia, as correntes da geografia cultural, dialética e fenomenológica apresentaram diferentes concepções sobre a questão do Espaço/Lugar, e diferentes conceitos para trabalhar a categoria lugar enquanto a influência da globalização, e do desenvolvimento das redes e fluxos na dinâmica urbana.

No âmbito da Geografia Cultural, Claval (2007) discute o lugar com conceitos como Toponímia e Regionímia. A Toponímia se refere ao estudo dos Topônimos, que são os traços e heranças culturais que ficam no subjetivo de um dado lugar, mais especificamente uma análise nominal e linguística, este viés está relacionado a aspectos culturais como a história os aspectos do idioma. Enquanto a Regionímia se refere aos aspectos e a memória que circunda o imaginário e o histórico das regiões, independente de limites territoriais (CLAVAL, 2007, p. 202).

Claval (2007) também aponta a essência da simbologia no estudo dos lugares na Geografia cultural, e cita a institucionalização cultural dos lugares quando cita o mesmo como fruto de delimitadores culturais, e que terão elementos designados pela cultura vigente. O autor cita o exemplo do cemitério, sendo, o lugar dos mortos que mantêm relação ambígua com espaço dos vivos, sendo um espaço institucionalizado que não existem em determinadas culturas (CLAVAL, 2007, p. 209).

Já a Fenomenologia trabalha com a concepção de lugar baseada nos fenômenos ou experiências vividas, no cotidiano do próprio sujeito. Sendo assim, elementos como a subjetividade, a intuição e a percepção são ferramentas importantes para o estudo dos lugares no antropocentrismo e no humanismo que carrega a Fenomenologia.

Sobre o conceito de lugar, Ferreira (2002) realiza uma grandiosa contribuição detalhando os olhares de diversos vieses teórico-epistemológico sobre esta

categoria. No que diz respeito à corrente fenomenológica, o autor cita Relph (1980) enxergando o lugar como centro profundo da existência humana, e que a identidade do lugar é formada por uma tríade; a localização física, as atividades e significados. O também autor utiliza de conceitos como internidade e externidade para definir a identidade do humano com o lugar. A internidade se remete a sentimentos como a saudade ou apatia ao lugar, e a externidade como alienação ou estranhamento ao mesmo.

Do ponto de vista desta corrente filosófica, também podemos considerar que a essência dos lugares, ultrapassam as meras questões estruturalistas, econômicas e locacionais. Silva (2016) exemplifica a concepção dos estudiosos da Fenomenologia quando diz que;

O Lugar a partir da experiência total do indivíduo, passa a ser categoria fundamental de toda a corrente humanista, adquire uma nova essência com a Fenomenologia, e ultrapassa o sentido meramente locacional. O Lugar é a morada do Corpo, a escala mais íntima da vivência, uma categoria analítica interna ao conceito de espaço que demonstra o contato do ser com seu entorno material, com a coletividade (SILVA, 2016, p. 28).

Alguns outros conceitos são trabalhados entre autores que discutem através do método da Fenomenologia. Tuan (1974) conceitua a Topofilia “O amor pelo Lugar fundante, os laços do ser humano com o ambiente material” (TUAN, 1974, p. 107). O antagônico deste conceito, a Topofobia, foi outro termo difundido para dialogar com a categoria lugar. Tuan (1983) ainda afirma que para um determinado espaço se configurar como lugar, deve ser então, familiar ao sujeito que o reconhece ou não como lugar.

De uma forma geral sob a ótica fenomenológica o lugar é o resultado do meio na experiência humana, entendendo que o significado e a identidade do lugar são atribuídos pelos agentes humanos que o circundam. A geografia crítica que enxerga esta relação como dialética entende a dinâmica econômica como agente de destaque no processo de formação do lugar, sobretudo no âmbito urbano.

É fundamental que se pense a cidade e a categoria de lugar, ultrapassando a noção subjetivista e empírica do espaço vivido. É preciso que se entenda a questão social ligada à divisão do trabalho e da luta de classes para se compreender os moldes que compõem as parcelas no espaço, mais especificamente neste trabalho, o urbano. Carlos (2007) expõe que além da compreensão do cotidiano e as vivências, os lugares, sobretudo nos espaços urbanos a globalização subentende o lugar a um ambiente de dimensão local e global.

A globalização materializa-se concretamente no lugar que se lê e percebe o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, no seu lugar de vivência entende-se o cotidiano e a expressão mundial. (CARLOS, 2007, p.15.)

A concepção de lugar após a consolidação da globalização também toma

outro sentido no que se refere à localização e ao encurtamento das distâncias. O desenvolvimento das redes de transportes, de fluxos e de informação impõe uma nova dinâmica locacional “Assim a situação muda na trama relativa das relações que se estabelecem com os outros lugares no processo em curso de globalização que altera a situação dos lugares porque relativiza o sentido da localização.” (CARLOS, 2007 p. 21).

Santos (2006) alerta sobre a transformação da lógica dos lugares com a consolidação da globalização e da competitividade, que faz com que atores capitalistas contribuam para configurar um novo perfil para a evolução territorial para a sociedade:

Numa situação de extrema competitividade como esta, em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas. (SANTOS, 2006, p. 39)

Na era das redes, os lugares ao mesmo tempo em que possuem sua significação pessoal e material para os indivíduos que pertencem ao ambiente, estão cada vez mais em tendência de redução das relações espaço-tempo, através da internet e da comunicação instantânea, e no aperfeiçoamento dos transportes para o fluxo de pessoas. Desta forma, o desenvolvimento de novas tecnologias e ciências, junto à disseminação das informações e a larga escala das empresas multinacionais, permitem a mundialização e encurtamento de prazos de transmissão de produtos e informações, e reconfigura um novo sentido para o espaço e para o tempo.

Este fenômeno é fruto do processo de globalização que tende a homogeneizar aspectos identitários de lugares distintos, mas não em sua essência, pois o lugar é o ponto de articulação entre o global e o local, sendo único. Entretanto, é preciso considerar o fato de que o sistema capitalista exclui uma parcela da sociedade dos elementos que envolvem a globalização. Moreira (2007) cita a mundialização do lugar, e como o lugar é o palco do processo de inclusão/exclusão que ocorre em dependência das relações que o mesmo estabelece com as redes:

é o lugar que existe, e não o mundo, de vez que as coisas e as relações do mundo se organizam no lugar, mundializando o lugar e não o mundo. É o lugar então o real agente sedimentador do processo da inclusão e da exclusão. Tudo dependendo de como se estabelecem as correlações de forças de seus componentes sociais dentro da conexão em rede. (MOREIRA, 2007, p. 60).

Moreira (2007) também teoriza as configurações do lugar com os conceitos de verticalidade e horizontalidade, chamando a atenção de que o lugar é uma parte de um orgânico sob o ponto de vista da horizontalidade, enquanto os elementos da globalização que compõem os lugares são advindos da verticalidade, cujo fluxo de produtos, mas sobretudo de informações são determinantes. O lugar é o resultado

final de elementos da horizontalidade e da verticalidade, e o poder hegemônico detêm o controle da verticalidade, concretizando sua influência nas redes.

Neste caminho, as contribuições de Santos (2006) destacam a importância de entender os mecanismos do capital para analisar a funcionalidade do lugar no espaço no período atual. Pois as atividades financeiras e capitalistas constituídas nos espaços urbanos já não configuram os lugares com uma identidade única mais. Como cita o autor:

A definição de lugar é cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional da sociedade como um todo. O Lócus das atividades financeiras e econômicas representadas pelo capital. (Santos, 2006, p. 71.)

Santos (2006) atenta sobre o processo de alienação e estranhamento que a globalização traz até a singularidade dos lugares quando diz que o “espaço global é habitado por processos racionalizados e um conteúdo ideológico de origem distante que chegam verticalmente a cada lugar com os objetos e normas estabelecidas. (SANTOS, 2006, p.132).

O processo de fragmentação é mais um resultado das dinâmicas de produção e da globalização, que produzem no espaço urbano, através do parcelamento e comercialização de terras, um estranhamento maior da sociedade com as parcelas de espaço condicionada a seus lugares. Ou como explana Carlos “Com isto transforma-se, constantemente o lugar e produz-se o estranhamento do lugar com através da perda das referências”. (CARLOS, 2007, p.36). E ainda acrescenta:

A globalização e a fragmentação dão-se no plano do indivíduo, tanto quanto no espaço. Na sociedade essa fragmentação dá-se através da dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si, na vida familiar e social bem como na sua relação com novos objetos dentre eles a TV que banaliza tudo, da religião à política, através de seu poder hipnótico extraordinário que consegue transformar a guerra num aparato cômico. (CARLOS, 2007, p.36).

A fragmentação espacial, junto de outros processos interligados pela dinâmica da concorrência pelos lugares e pela moradia como mercadoria, traz fatores como a centrifugação urbana, isto é, a remoção de antigos moradores que possuem vínculos com áreas centrais ou não centrais localizadas estrategicamente aos olhos do capital, que são removidos ou condicionados para subúrbios ou áreas afastadas de espaços de cidadania. O lugar aparece no espaço urbano após o grande aumento populacional das cidades de uma maneira geral, como produto da fragmentação enquanto fruto do conflito da produção socializada e sua apropriação privada.

Esta fragmentação que se apresenta divide o espaço em parcelas cada vez menores colocadas como mercadorias, e desta forma, a parcela da sociedade que é condicionada a habitar apartamentos cada vez menores no espaço urbano, tem o imaginário do lugar condicionado pela sua condição social na luta de classes. Afirmando que o lugar também indica ter de ser entendido com a óptica do sistema

capitalista.

Conclui-se desta forma, o processo de valorização-desvalorização dos lugares assim depende de sua respectiva situação enquanto ponto estratégico em diversos aspectos para as aspirações da reprodução do capital. Sendo assim, o que determinará a inserção dos cidadãos aos elementos estruturais da cidade é a sua respectiva acessibilidade, que será tratada no próximo tópico.

PROPRIEDADE PRIVADA E ACESSIBILIDADE URBANA DO LUGAR

Como já mencionado, é essencial entender a categoria e os elementos do lugar sem ignorar a inserção deste em um contexto maior, o contexto do capitalismo, da divisão social do trabalho. O lugar se desenha então de características do cotidiano e culturais, mas não pode ser visto como isolado da lógica do capital que determina a hierarquia social e a propriedade privada.

Ferreira (2002) também cita que Harvey (1996) considera dois possíveis significados para o lugar: O primeiro relacionado à posição geográfica enquanto localização a fim de ser representado por recurso cartográfico, e um segundo olhar que está relacionado a uma mescla de imaginários, institucionalização, relações sociais, práticas materiais, relações de poder e elementos do discurso. Para o autor, o lugar inserido no meio capitalista de produção perde uma parcela de significado, pois o mesmo está vinculado a valorização da terra, fixidez e mobilidade de capital.

O sistema capitalista de produção e a busca por mão de obra em determinadas áreas cria uma nova lógica ao lugar. Lugares são criados para atender demandas de trabalhadores, e em grande parte são pequenas parcelas de espaço que causam a noção de estranhamento ao lugar para estas pessoas. A luta de classes configura no sistema capitalista de produção um antagonismo urbanístico entre os lugares, e a materialização da segregação aos menos favorecidos.

Carlos (1992) disserta a segregação como a negação da vida urbana. Ela nasce com a institucionalização da propriedade privada, e hierarquizando as moradias, conseqüentemente afastando os menos favorecidos dos lugares que possuem maior acessibilidade ao lazer, cultura e serviços que compõem os sistemas globais do capital. Isto é, sua inserção nas práticas socioespaciais urbanas serão determinados pelo poder econômico que os indivíduos ocuparão no processo de produção geral da sociedade e do lugar, conseqüentemente, o seu papel na divisão do trabalho.

Na óptica de Spósito (2013) a segregação é uma mescla de condicionantes e expressões, sendo elas objetivas e subjetivas, então é dificultada a delimitação cartográfica de pessoas que estão segregadas espacialmente da vida urbana.

Todavia, fatos concretos ou fixos, como rodovias, rios, ferrovias ou fatores do relevo ou podem reforçar limites para assimilação da aplicação do conceito de segregação nos espaços urbanos.

Desta forma, entendemos que a segregação espontânea, onde os mais ricos se autossegregam em condomínios fechados de luxo, mas sobretudo a segregação imposta, são apontados como o produto final de um processo de hierarquia entre os lugares no espaço urbano onde a gênese é a propriedade privada, e reforçada pela falta da acessibilidade que afasta os mais pobres à benefícios e equipamentos urbanos.

Carlos (2008) coloca a questão da acessibilidade urbana como fator crucial sob o ponto de vista do cidadão e sua inserção e acesso ao espaço global, isto é, de lugares privilegiados que estão inseridos na dinâmica das redes, sendo condicionante para a flutuação nos valores de frações do espaço. O solo urbano passa a ser definida a partir da noção de terra-espaço. Isto é, o valor da terra enquanto mercadoria será mediado por articulações com a totalidade do espaço, ou se expressa através da localização e inter-relação entre o local e o espaço global:

Os fatores que determinarão a formação do preço vinculam-se principalmente à inserção de determinada parcela no espaço urbano global tendo como ponto de partida a localização do terreno (por exemplo, no bairro), a acessibilidade em relação aos lugares ditos privilegiados (escolas, shopping, centros de saúde, de serviços de lazer, áreas verdes etc.), acesso à infraestrutura existente (água, luz, esgoto, asfalto, telefone, vias de circulação, transporte). (Carlos, 2008, p.88)

Um determinado lugar no espaço interessa aos capitalistas, enquanto terra-localização, em outras palavras, meio de acesso a todo o sistema complexo que compõe o urbano. “A acessibilidade é o valor de uso mais importante para a terra urbana, embora toda e qualquer terra tenha em maior ou menor grau.” (VILLAÇA, 2001, p. 74). As distintas parcelas do espaço têm diferentes acessibilidades ao conjunto de equipamentos e serviços inseridos nas cidades.

A acessibilidade urbana que envolve determinado lugar revela a quantidade de trabalho socialmente dispendido em sua produção, o nível de estruturação que envolve estes lugares aponta o quão mais trabalho humano a mesma envolveu. Quanto maior acessibilidade a estruturas e desenvolvimento indica maior complexidade de trabalho respectivamente, e conseqüentemente maior será o valor de cada fração no espaço, afirmando a relevância do poder econômico da sociedade para a concepção do lugar.

Harvey (2013) disserta o espaço urbano como um gigante sistema de recursos, sendo em maioria fruto do trabalho realizado pelo homem. Sendo assim, a acessibilidade destes recursos e o trabalho realizado determinarão a expressão econômica dos lugares no espaço da cidade. (HARVEY, 2013, p. 56). A mobilidade espacial, como fator determinante na concepção espaço-tempo que envolve a

acessibilidade pode-se definir como o resultado da uma conexão entre o capital e o conjunto itens que valorizarão determinadas parcelas no espaço. (LOJKINE, 1979, p. 50).

A mobilidade tem sua lógica alterada pelo avanço da tecnologia dos transportes e estruturação das vias e dos fluxos, todavia estas estruturas ainda são seletas e não favorecem a todos no espaço das cidades brasileiras. O nível desta acessibilidade dos lugares sendo baixo para respectivos cidadãos que os residem, ficam sujeitos a se locomover por quilômetros para desfrutar de determinados pontos da cidade, sobretudo nas grandes metrópoles materializando segregação e lugares excluídos do espaço global.

Concluimos este tópico, reafirmando então, a importância da compreensão da acessibilidade urbana enquanto alicerce da segregação. E que é impossível estudar o lugar sem ter a luz de que o modo capitalista de produção, e o estágio mais avançado da globalização, determinarão acessibilidades e dinâmicas socioespaciais distintas a lugares diferentes.

CONCLUSÃO

Podemos perceber que o direcionamento do estudo geográfico obteve transformações nas últimas décadas, e o sujeito social ganhou mais destaque. Os autores da dialética ultrapassam as linhas da subjetividade e do imaginário individual no que se refere a dinâmica dos lugares. E que as simbologias andam em conjunto com as transformações ocorridas através das revoluções industriais, ampliação das redes de transportes, fluxos, e a consolidação do capitalismo e da globalização que homogeneíza, mas ao mesmo tempo segrega lugares de singularidades diferentes.

Estabelecemos a análise de que a propriedade privada é elemento fundamental para a disseminação da fragmentação espacial e que esta problemática aponta ficar mais evidente em trabalhos que utilizam da dialética. Sendo assim, aponta-se incompleta uma análise sobre o lugar como categoria geográfica sumamente com as noções de subjetividade e sob o ponto de vista do sujeito.

A consolidação da Globalização de fato alterou as dinâmicas que cercam a categoria geográfica de lugar. Concluimos indicando que a expansão das redes e a dinamização dos fluxos de capital e de informação trazem uma nova lógica das relações espaço-tempo, com o desenvolvimento dos transportes, o que eleva a dinâmica temporal a outro patamar. Todavia, a inserção destes lugares ao espaço global será determinada pela acessibilidade dos mesmos.

Os elementos de identidade dos lugares, têm sido amplamente influenciados por novos atores que controlam os meios produtivos e de informação e chegam

através das redes, trazendo uma nova face aos mesmos. O lugar enquanto espaço fragmentado está inserido neste complexo sistema de acordo com as condições desta acessibilidade, sendo impossível ignorar a condição da desigualdade de acesso ao solo urbano e a divisão do trabalho que compõem a luta de classes no espaço da cidade.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A.F.A **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, A.F.A **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo, Hucitec, 1996.

CARLOS, A.F.A **A (re)produção do espaço urbano**. 1. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

CLAVAL, P. **A geografia cultural**: Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth Pimenta. 3. Ed.- Florianópolis: Ed. A UFSC, 2007.

FERREIRA, L. F. **Iluminando o Lugar**: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey) in: Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, jan/julho de 2002. v. 22, n.01. p.43-72

HARVEY, D. **Os limites do capital**: tradução de Magda Lopes. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.

LOJKINE, C. ; FORTI, R. (Org.) **Marxismo e urbanismo capitalista**: textos críticos. São Paulo: Editora Ciências Humanas; 1979.

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. etc, espaço, tempo e crítica**, Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas. Nº 1(3), VOL. 1, p. 55-70, junho, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, K, C, R. **A experiência cotidiana do lugar**: Relatos de espaço dos velhos moradores da cidade patrimônio. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-graduação em Geografia. UFG, 2016.

SPOSITO, M.E. **A Cidade Contemporânea**. In VASCONCELOS, P.A. (Org); São Paulo: Contexto, 2013.

TUAN, Y. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1974.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VILLAÇA F. **Espaço intra-urbano no Brasil**; São Paulo: Studio Nobel, 2001. p. 69-155.

AVALIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO NA AMAZÔNIA SIMULADA PELO MODELO ETA-HADGEM2-ES NO PERÍODO DE 1985 A 2005

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 09/02/2020

Vinícius Machado Rocha

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), Cruz das Almas – Bahia
<https://orcid.org/0000-0001-9047-9120>

Francis Wagner Silva Correia

Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Escola Superior de Tecnologia (EST), Manaus – Amazonas
<https://orcid.org/0000-0001-5928-7788>

Wesley de Brito Gomes

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Programa de Pós-Graduação em Clima e Ambiente (CLIAMB), Manaus – Amazonas
<https://orcid.org/0000-0002-6186-1184>

Leonardo Alves Vergasta

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Programa de Pós-Graduação em Clima e Ambiente (CLIAMB), Manaus – Amazonas
<https://orcid.org/0000-0003-3034-8449>

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi avaliar a precipitação na bacia amazônica simulada pelo modelo Eta-HadGEM2-ES para o período de 1985 a 2005. Para tanto, a precipitação simulada pelo modelo é comparada aos campos

gerados a partir de dados observacionais e de reanálises. De modo geral, o modelo Eta-HadGEM2-ES conseguiu reproduzir de maneira satisfatória as características climatológicas da precipitação sobre a Amazônia e América do Sul. Na escala sazonal, a precipitação simulada apresentou bias negativo na Amazônia durante o verão e positivo no inverno, especialmente nos setores oeste e sul da bacia.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, precipitação, modelo regional Eta.

ASSESSMENT OF THE PRECIPITATION IN THE AMAZON BASIN SIMULATED BY THE ETA-HADGEM2-ES MODEL FOR THE 1985- 2005 PERIOD

ABSTRACT: The goal of this study was to evaluate the Amazonian precipitation via an Eta-HadGEM2-ES model simulation for the 1985-2005 period. Here, the precipitation simulated by the model were compared to observational data and reanalysis. In general, the Eta-HadGEM2-ES model was able to reproduce satisfactorily the precipitation climatology of the Amazon and South America. On the seasonal scale in the Amazon, simulated rainfall had a negative bias during the summer and was positively biased in the winter, especially in the areas west and

south of the basin.

KEYWORDS: Amazon basin, precipitation, Eta regional model.

1 | INTRODUÇÃO

A principal ferramenta para avaliar as variabilidades e mudanças climáticas são os Modelos Climáticos Globais (MCGs) e Regionais (MCRs), que são capazes de representar as complexas interações entre o oceano, a atmosfera e a superfície terrestre. No Quinto Relatório de Avaliação (AR5) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os modelos globais apresentaram um aperfeiçoamento geral em relação aos modelos utilizados no Quarto Relatório de Avaliação (AR4), sobretudo, em termos de precipitação, no qual o padrão de correlação espacial aumentou de 0,77 para 0,82 (FLATO et al., 2013).

Os MCGs do AR5 tiveram suas simulações iniciadas no período industrial moderno (1850) e foram executados até 2005; a partir de 2006 realizaram-se as simulações utilizando os cenários Representation Concentration Pathway (RCP), geralmente se estabilizando em 2100. Conforme salientam Chou et al. (2014), ao configurar-se MCGs para serem executados por um longo período a resolução do modelo se caracteriza uma restrição computacional. Geralmente, a resolução dos modelos acoplados oceano-atmosfera é cerca de 100-300 km. Apesar da complexidade dos processos físicos incorporados às versões mais recentes dos modelos globais, suas resoluções podem não ser capazes de capturar detalhes de superfícies subjacentes que são importantes para a avaliação dos impactos das mudanças climáticas futuras na escala regional, por exemplo, impactos em áreas urbanas, na produção agrícola, etc.

Desse modo, os MCRs forçados com os MCGs fornecem os detalhes necessários para a realização dos estudos de impactos na escala regional. As características de grande escala provenientes dos MCGs são forçadas através das fronteiras dos MCRs. Devido à sua resolução, os MCRs são capazes de capturar com maior precisão a amplitude dos fenômenos de mesoescala. As incertezas através dos limites laterais podem ser consideradas incluindo membros perturbados de um modelo global, como em Marengo et al. (2012). Os MCRs, em geral, subestimam a precipitação em grande parte do continente, porém, superestimam sobre setores localizados ao sul dos Andes. Esses erros sugerem alguma influência relacionada aos esquemas de superfície terrestre que são, provavelmente, mal calibrados para estas regiões devido à escassez de dados observacionais (CHOU et al., 2014).

Como parte do esforço para contribuir na elaboração da Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United

Nations Framework Convention of Climate Change – UNFCCC) e avaliação dos impactos no que concerne às questões estratégicas do país, simulações com alta resolução foram realizadas utilizando o modelo regional Eta (INPE). Neste estudo, a simulação do modelo regional Eta, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), forçado com o modelo do sistema terrestre HadGEM2-ES, do Met Office Hadley Centre (MOHC), conforme apresentado por Chou et al. (2014), é utilizada a fim de avaliar a precipitação na bacia amazônica no período de 1985 a 2005.

2 | METODOLOGIA

A precipitação simulada pelo modelo Eta-HadGEM2-ES é comparada à climatologia de precipitação das seguintes bases de dados: Climate Prediction Center Merged Analysis of Precipitation – CMAP; Climatic Research Unit – CRU; Global Precipitation Climatology Centre – GPCC; Global Precipitation Climatology Project – GPCP; MERGE (que combina dados do satélite Tropical Rainfall Measuring Mission – TRMM com observações de superfície); e as reanálises do ERA-Interim (European Centre for Medium-Range Weather Forecasts – ECMWF); todas no período entre 1985-2005, exceto os dados de precipitação do MERGE que compreendem ao intervalo de 1998 a 2005.

A avaliação é baseada nos campos médios sazonais contrastantes (verão – DJF e inverno – JJA) e no ciclo anual sobre a Amazônia, incluindo os setores norte e sul da bacia. As métricas estatísticas utilizadas foram o bias, coeficiente de correlação e a raiz quadrada do erro médio quadrático. A seguir, são descritos os modelos climáticos, a estratégia de integração numérica e as métricas estatísticas utilizadas neste estudo.

2.1 Os Modelos

O modelo do sistema terrestre HadGEM2-ES, do Met Office Hadley Centre (MOHC), foi utilizado para forçar o MCR Eta (INPE). O HadGEM2-ES é um modelo em ponto de grade de resolução N96, que equivale à 1,875 graus de longitude e 1,275 graus de latitude, e 38 níveis na atmosfera. No oceano, o modelo possui 40 níveis na vertical; e na horizontal, a resolução varia de 1/3 graus nos trópicos a 1 grau nas latitudes superiores a 30°. O HadGEM2-ES é um modelo do sistema terrestre cujo ciclo do carbono é representado. Sobre a superfície da terra, o ciclo do carbono é modelado pelo esquema de vegetação dinâmica TRIFFID (Top-down Representation of Interactive Foliage Including Dynamics) (COX, 2001), que distingue cinco tipos funcionais de plantas: árvores de folhas grandes e coníferas, gramíneas C3 e C4, e vegetação arbustiva. O HadGEM2-ES ainda inclui a química da atmosfera e um modelo de aerossol com a representação do carbono orgânico

e da pluma de poeira.

O MCR Eta utiliza a coordenada vertical ETA (MESINGER, 1984), que permanece aproximadamente horizontal em áreas montanhosas, o que torna a coordenada adequada para estudos em regiões de topografia acidentada como a Cordilheira dos Andes, na América do Sul. A dinâmica do modelo é determinada em volumes finitos (JANJIC, 1984; MESINGER et al., 2012). As convecções profunda e rasa são parametrizadas de acordo com o esquema de Betts-Miller (BETTS e MILLER, 1986), modificado por Janjić (1994). A microfísica de nuvens segue o esquema de Zhao et al. (1997). Os processos de superfície da terra são representados pelo esquema NOAH (EK et al., 2003). O MCR Eta distingue 12 tipos de vegetação e 9 tipos de solo. Os fluxos radiativos são tratados pelo esquema de Lacis e Hansen (1974), para ondas curtas, e pelo esquema proposto por Fels e Schwarzkopf (1975) para ondas longas.

2.2 Estratégia de integração numérica

Neste estudo foi utilizado o cenário do clima presente regionalizado pelo MCR Eta forçado com o modelo do sistema terrestre HadGEM2-ES (CHOU et al., 2014) e que corresponde ao período entre 1961-2005, onde a concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera é constante, mantendo-se a 330 ppm. A temperatura da superfície do mar (TSM) é fornecida pelo modelo global HadGEM2-ES e atualizada diariamente. Tanto a umidade inicial do solo quanto a temperatura inicial do solo são derivadas do modelo do sistema terrestre. As condições de contorno foram atualizadas a cada 6 horas. O modelo foi configurado com uma resolução de 20 km e 38 níveis verticais, cujo topo definiu-se em 25 hPa.

2.3 As métricas estatísticas

Para o cálculo dos coeficientes de correlação entre a simulação 'x' e os dados observados e de reanálises 'y' é utilizado o método de correlação linear de Pearson, que é dado pela razão entre a covariância e o produto dos desvios padrão das duas variáveis, como segue:

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

O método da raiz quadrada do erro médio quadrático (REMQ) também é utilizado para aferir a precisão da simulação, no qual altos valores de REMQ

indicam altos níveis de discordância entre a simulação ϕ e os dados observados e de reanálises ψ . A fórmula do REMQ é dada por:

$$REMQ = \left[\frac{1}{N} \sum_{i=1}^N (\phi_i - \psi_i)^2 \right]^{\frac{1}{2}}$$

O bias mostra a tendência sistemática da simulação, ou seja, se o bias for maior que zero, na média, a previsão está sendo superestimada enquanto que se for menor do que zero a previsão é subestimada:

$$b = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N (\phi_i - \psi_i)$$

3 | RESULTADOS

A simulação do modelo Eta-HadGEM2-ES (CHOU et al., 2014) compreende o período entre 1961-2005, porém, neste estudo a avaliação é realizada com base no período de 1985 a 2005, considerando os campos médios sazonais contrastantes e o ciclo anual da precipitação na bacia amazônica.

3.4 Estações úmida (DJF) e seca (JJA)

As Figuras 1 e 2 apresentam a precipitação média sazonal simulada pelo modelo Eta-HadGEM2-ES e a climatologia referente aos dados observacionais e de reanálises para as estações de verão e inverno, respectivamente. A precipitação nessas duas estações é bem representada pelo modelo, que mostra a maior banda de precipitação durante os meses de DJF associada à Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), e baixo índice de chuva na porção central e no Sudeste do Brasil em JJA.

No inverno, a precipitação na região Sudeste da América do Sul e a banda ao longo da costa leste do continente também foram representadas na simulação do modelo. No entanto, em DJF a precipitação simulada é subestimada em grande parte do continente, estendendo-se desde o norte da Argentina até o setor setentrional da América do Sul. Por outro lado, em JJA, a precipitação simulada é superestimada, sobretudo, na porção central do continente, especialmente sobre a Amazônia meridional e ocidental, e na bacia do Prata.

Verifica-se, ainda, a presença de erros sistemáticos na estimativa da

precipitação sobre os Andes, em ambas as estações. Isto ocorre em virtude do efeito orográfico e revela que o modelo apresenta dificuldades em representar a precipitação próxima às áreas íngremes. Entretanto, a climatologia mostra que chuvas abundantes são normalmente observadas nessa região (FIGUEROA e NOBRE, 1990).

Além disso, a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) foi corretamente posicionada sobre o Oceano Atlântico e com valores próximos ao observado em DJF, porém, sobre o Pacífico o modelo superestimou o máximo de chuva. Por outro lado, em JJA o posicionamento e a intensidade da ZCIT sobre o Atlântico não foram bem representados na simulação, estando abaixo de sua posição climatológica e com valores menos intensos se comparados às diferentes bases de dados.

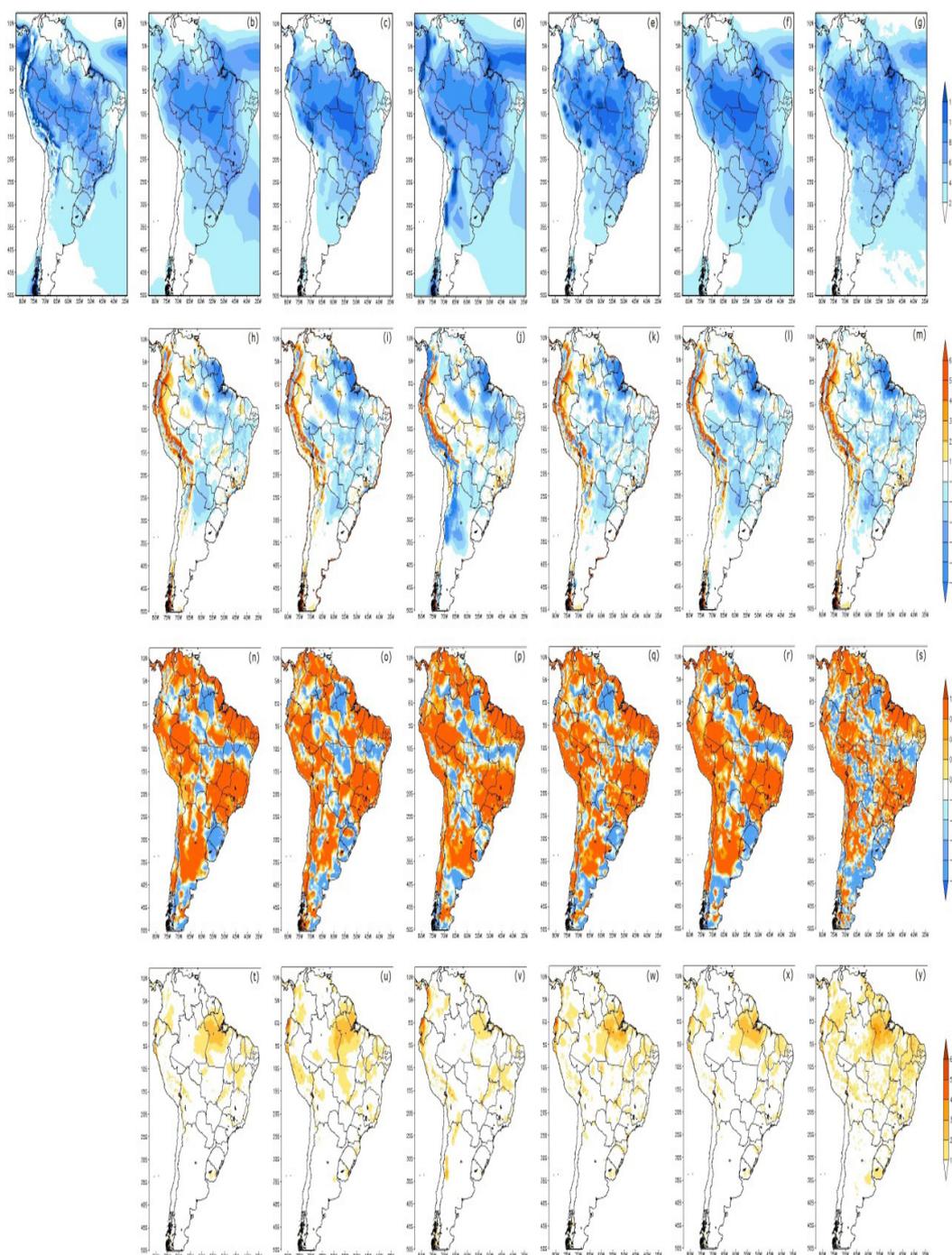


Figura 1. Precipitação média (mm dia⁻¹) em DJF: (a) simulada pelo modelo Eta-HadGEM2-ES, (b) CMAP, (c) CRU, (d) Era-Interim, (e) GPCC, (f) GPCP, (g) MERGE; bias (mm dia⁻¹): (h) CMAP-Eta-HadGEM2-ES, (i) CRU-Eta-HadGEM2-ES, (j) Era-Interim-Eta-HadGEM2-ES, (k) GPCC-Eta-HadGEM2-ES, (l) GPCP-Eta-HadGEM2-ES, (m) MERGE-Eta-HadGEM2-ES; coeficiente de correlação: (n) CMAP-Eta-HadGEM2-ES, (o) CRU-Eta-HadGEM2-ES, (p) Era-Interim-Eta-HadGEM2-ES, (q) GPCC-Eta-HadGEM2-ES, (r) GPCP-Eta-HadGEM2-ES, (s) MERGE-Eta-HadGEM2-ES; REMQ (mm dia⁻¹): (t) CMAP-Eta-HadGEM2-ES, (u) CRU-Eta-HadGEM2-ES, (v) Era-Interim-Eta-HadGEM2-ES, (w) GPCC-Eta-HadGEM2-ES, (x) GPCP-Eta-HadGEM2-ES, (y) MERGE-Eta-HadGEM2-ES.

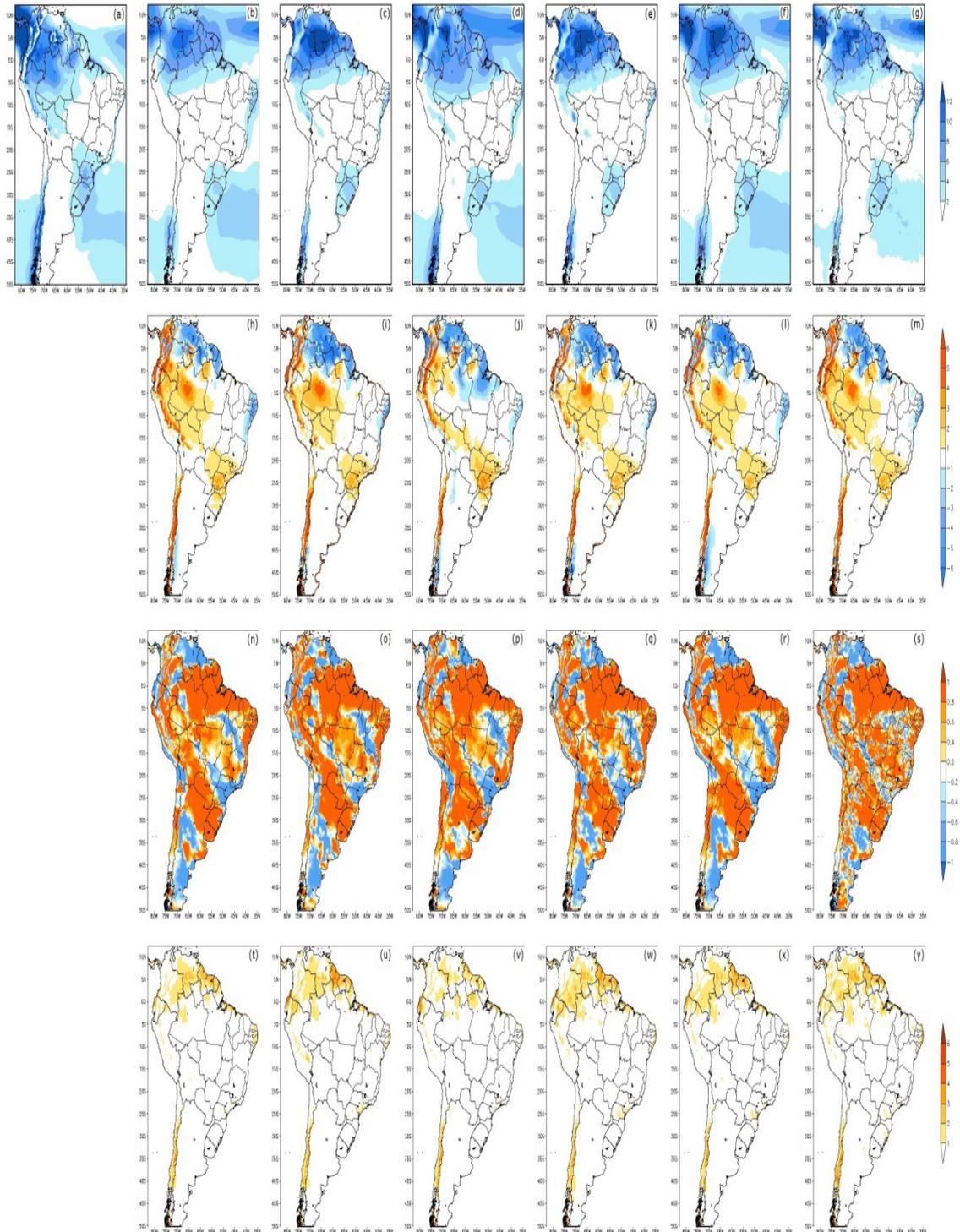


Figura 2. Precipitação média (mm dia⁻¹) em JJA: (a) simulada pelo modelo Eta-HadGEM2-ES, (b) CMAP, (c) CRU, (d) Era-Interim, (e) GPCC, (f) GPCP, (g) MERGE; bias (mm dia⁻¹): (h) CMAP-Eta-HadGEM2-ES, (i) CRU-Eta-HadGEM2-ES, (j) Era-Interim-Eta-HadGEM2-ES, (k) GPCC-Eta-HadGEM2-ES, (l) GPCP-Eta-HadGEM2-ES, (m) MERGE-Eta-HadGEM2-ES; coeficiente de correlação: (n) CMAP-Eta-HadGEM2-ES, (o) CRU-Eta-HadGEM2-ES, (p) Era-Interim-Eta-HadGEM2-ES, (q) GPCC-Eta-HadGEM2-ES, (r) GPCP-Eta-HadGEM2-ES, (s) MERGE-Eta-HadGEM2-ES; REMQ (mm dia⁻¹): (t) CMAP-Eta-HadGEM2-ES, (u) CRU-Eta-

3.5 Ciclo Anual

A Figura 3 apresenta o ciclo anual da precipitação simulada pelo modelo Eta-HadGEM2-ES e a climatologia referente aos dados observacionais e de reanálises para toda a Amazônia (a), assim como nos setores norte (b) e sul (c) da bacia. De maneira geral, o modelo conseguiu representar o ciclo anual da precipitação na Amazônia, com melhor desempenho no setor sul da bacia. No ciclo anual, a representação da precipitação é melhor durante a estação seca, quando o bias é menor. A sazonalidade da precipitação, mais pronunciada sobre o setor sul da bacia, está associada ao padrão do regime de monção da América do Sul e à oscilação no sentido norte-sul da ZCIT.

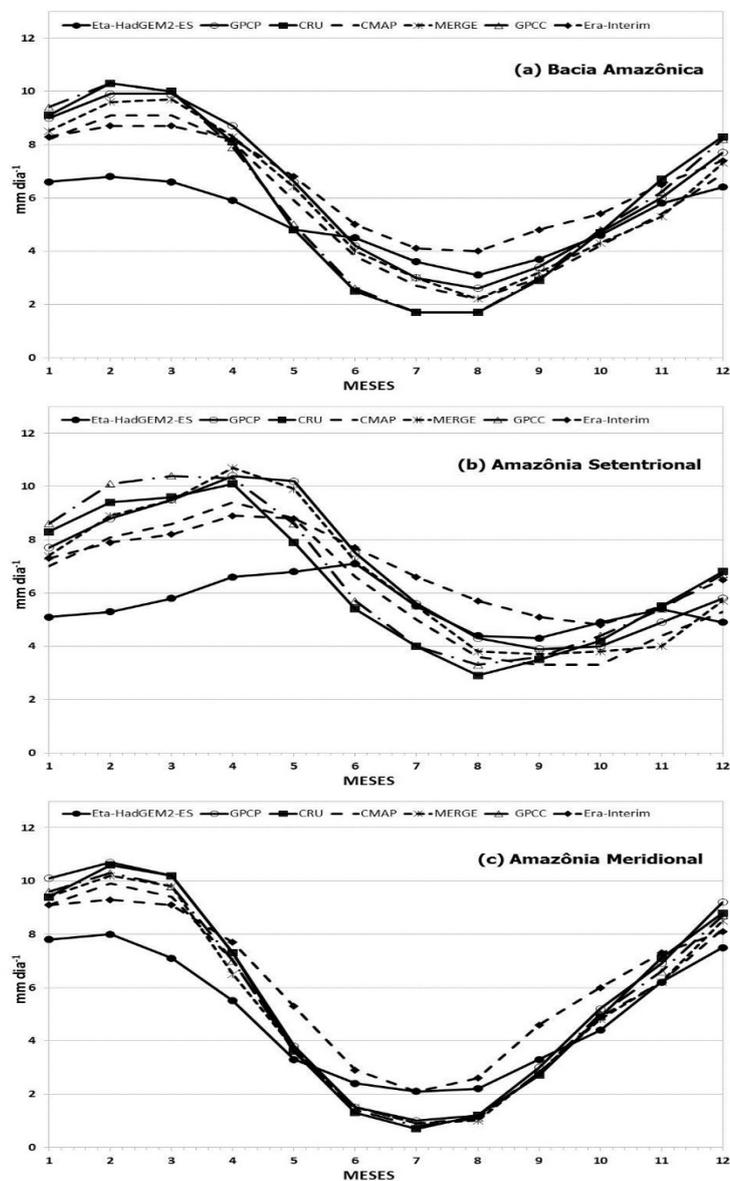


Figura 3. Ciclo anual da precipitação (mm dia^{-1}) simulada pelo modelo Eta-HadGEM2-ES e a climatologia referente aos dados observacionais e de reanálises para a: (a) Bacia amazônica, (b) Amazônia Setentrional e (c) Amazônia Meridional.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi avaliar a precipitação na bacia amazônica simulada pelo modelo Eta-HadGEM2-ES (CHOU et al., 2014) no período de 1985 a 2005. Para tanto, a precipitação simulada pelo modelo foi comparada aos campos gerados com base nos dados observacionais e de reanálises.

De modo geral, o modelo Eta-HadGEM2-ES reproduziu de maneira satisfatória as características climatológicas da precipitação sobre a Amazônia e América do Sul. Considerando a escala sazonal, a precipitação simulada pelo modelo apresentou bias negativo na Amazônia durante o verão e positivo no inverno, especialmente nos setores oeste e sul da bacia.

É provável que a origem desses erros esteja associada aos esquemas de parametrização que representam a superfície terrestre e/ou a convecção e microfísica de nuvens, o que requer mais investigação. Por fim, o bias do modelo sobre regiões montanhosas como os Andes, por exemplo, ainda é incerto devido à escassez de dados observacionais nessas áreas.

REFERÊNCIAS

BETTS, A. K.; MILLER, M. J. A New Convective Adjustment Scheme. Part II: Single Column Tests Using GATE Wave, BOMEX, ATEX and Arctic Air-Mass Data Sets. **Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society**, v. 112, p. 693-709, 1986.

CHOU, S. C.; LYRA, A.; MOURÃO, C.; DERECZYNSKI, C.; PILOTTO, I.; GOMES, J.; BUSTAMANTE, J.; TAVARES, P.; SILVA, A.; RODRIGUES, D.; CAMPOS, D.; CHAGAS, D.; SUEIRO, G.; SIQUEIRA, G.; NOBRE, P.; MARENGO, J. Evaluation of the Eta Simulations Nested in Three Global Climate Models. **American Journal of Climate Change**, v. 3, p. 438-454, 2014.

COX, P. M. **Description of the “TRIFFID” Dynamic Global Vegetation Model**. Met Office, UK: Hadley Centre technical note 24, 2001.

EK, M. B.; MITCHELL, K. E.; LIN, Y.; ROGERS, E.; GRUMMEN, P.; KOREN, V.; GAYNO, G.; TARPLEY, J. D. Implementation of NOAA land surface advances in the National Centers for Environmental Prediction operational mesoscale Eta Model. **Journal of Geophysical Research: Atmospheres**, v. 108, p. 1-16, 2003.

FELS, S. B.; SCHWARZKOPF, M. D. The simplified exchange approximation: a new method for radiative transfer calculations. **Journal of the Atmospheric Sciences**, v. 32, p. 1475-1488, 1975.

FIGUEROA, S. N.; NOBRE, C. Precipitations distribution over Central and Western Tropical South America. **Climanálise-Boletim de Monitoramento e Análise Climática**, v. 5, p. 36-48, 1990.

FLATO, G.; MAROTZKE, J.; ABIODUN, B.; BRACONNOT, P.; CHOU, S. C.; COLLINS, W.; COX, P.; DRIQUECH, F.; EMORI, S.; EYRING, V.; FOREST, C.; GLECKLER, P.; GUILYARDI, E.; JAKOB, C.; KATTSOV, V.; REASON, C.; RUMMUKAINEN, M. Chapter 9. In: STOCKER, T. F.; QIN, D.; PLATTNER, G.-K.; TIGNOR, M.; ALLEN, S. K.; BOSCHUNG, J.; NAUELS, A.; XIA, Y.; BEX, V.; MIDGLEY, P. M. (Eds.). **The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge, U.K. and New York, USA: Cambridge University Press, 2013.

JANJIĆ, Z. I. Nonlinear Advection Schemes and Energy Cascade on Semi-Staggered Grids. **Monthly Weather Review**, v. 112, p. 1234-1245, 1984.

JANJIĆ, Z. I. The Step-Mountain Eta Coordinate Model: Further Developments of the Convection, Viscous Sublayer, and Turbulence Closure Schemes. **Monthly Weather Review**, v. 122, p. 927-945, 1994.

LACIS, A. A.; HANSEN, J. E. A parameterization of the absorption of solar radiation in earth's atmosphere. **Journal of the Atmospheric Sciences**, v. 31, p. 118-133, 1974.

MARENGO, J. A.; CHOU, S. C.; KAY, G.; ALVES, L. M.; PESQUERO, J. F.; SOARES, W. R.; SANTOS, D. C.; LYRA, A. A.; SUEIRO, G.; BETTS, R.; CHAGAS, D. J.; GOMES, J. L.; BUSTAMANTE, J. F.; TAVARES, P. Development of regional future climate change scenarios in South America using the Eta CPTec/HadCM3 climate change projections: climatology and regional analyses for the Amazon, São Francisco and the Paraná River basins. **Climate Dynamics**, v. 38, p. 1829-1848, 2012.

MESINGER, F. A blocking technique for representation of mountains in atmospheric models. **Rivista di Meteorologia Aeronautica**, v. 44, p. 195-202, 1984.

MESINGER, F.; CHOU, S. C.; GOMES, J. L.; JOVIC, D.; BASTOS, P.; BUSTAMANTE, J. F.; LAZIC, L.; LYRA, A. A.; MORELLI, S.; RISTIC, I.; VELJOVIC, K. An Upgraded Version of the Eta Model. **Meteorology and Atmospheric Physics**, v. 116, p. 63-79, 2012.

ZHAO, Q.; BLACK, T. L.; BALDWIN, M. E. Implementation of the Cloud Prediction Scheme in the Eta Model at NCEP. **Weather and Forecasting**, v. 12, p. 697-712, 1997.

SISTEMA CLIMA URBANO COMO MÉTODO DE ANÁLISE GEOGRÁFICA DOS EPISÓDIOS DE ALAGAMENTOS NO SÍTIO URBANO DE SALVADOR (BA)

Data de aceite: 04/05/2020

Data da submissão: 21/02/2020

André Luiz Dantas Estevam

Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
Departamento de Ciências Humanas. Santo Antônio de Jesus. Bahia. <http://lattes.cnpq.br/6403905319907543>

Ricardo Mota dos Santos

Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
Departamento de Ciências Humanas. Santo Antônio de Jesus. Bahia. <http://lattes.cnpq.br/5220496907236821>

RESUMO: Este trabalho analisou a interação do processo de uso e ocupação do solo urbano e os impactos causados pelos alagamentos desencadeados pelas fortes chuvas. A cidade de Salvador constituída por extensas áreas urbanizadas totalmente impermeabilizadas e com o sistema de drenagem pluvial subdimensionado. Neste contexto, o caos urbano se instala em períodos de chuvas intensas através dos alagamentos que desestruturam totalmente o fluxo de veículo e de pessoas nas áreas afetadas pelo problema. Neste artigo serão abordados os recortes espaciais da Avenida Antônio Carlos Magalhães

e o bairro do Rio Vermelho. Essas áreas estão localizadas em zonas vulneráveis aos episódios de alagamentos. Utilizou-se a metodologia paradigmática do *Sistema Clima Urbano* para entender como a dinâmica atmosférica e sua influência na intensidade das chuvas e nos impactos no clima local (MONTEIRO, 1976). Para análise espacial do sítio urbano foi utilizado o software *Google Earth Pro*. Delimitou-se as duas localidades mais afetadas pela problemática na cidade que correspondem à Avenida Antônio Carlos Magalhães e o bairro do Rio Vermelho, posteriormente as imagens foram processadas no programa *Quantum Gis 3.4.1* para elaboração do mapa dos pontos mais vulneráveis aos alagamentos no sítio urbano da cidade. Foram realizados trabalhos de campo para a estudo *in locus* dos fatores indutores dos alagamentos. Produziu-se um conjunto de informações importantes à elaboração de planos de macro e microdrenagem pelo poder público local no intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores dessa metrópole nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização; Sistema Clima Urbano; Precipitações; Alagamentos.

THE URBAN CLIMATE SYSTEM AS A METHOD OF GEOGRAPHICAL ANALYSIS OF FLOOD EPISODES IN THE URBAN SITE OF SALVADOR (BA)

ABSTRACT: This work analyzes the interaction of the urban land use and occupation process and the impacts caused by the floods triggered by the strong gloves. The city of Salvador uses extensive urbanized areas that are totally waterproofed and have a rain drainage system. In this context, urban traffic is installed in intervals of intense gloves through floods that totally disrupt the flow of vehicles and people in the areas affected by the problem. In this article, the spatial sections of Avenida Antônio Carlos Magalhães and the neighborhood of Rio Vermelho will be discussed. These areas are located in areas vulnerable to flood damage. It used a paradigmatic methodology of the Urban Climate System to understand how climatization and its influence on the intensity of the gloves and on the impacts on the local climate (MONTEIRO, 1976). For spatial analysis of the urban location, the Google Earth Pro software was used. It was defined as two locations most affected by the problematic city that adopt Avenida Antônio Carlos Magalhães and the neighborhood of Rio Vermelho, later as images were processed in the Quantum Gis 3.4 program .1 to map the points most vulnerable to flooding in the urban area of the city. Field work was carried out to study locus of flooding inducing factors. Produce a set of important information for the planning of macro and micro drainage plans by the local public authorities with no intention of improving the quality of life of the residents of this national metropolis.

KEYWORDS: Urbanization; Urban Climate System; Precipitation; Floods.

INTRODUÇÃO

Este artigo abordou o estudo do clima urbano e sua correlação com problemática dos alagamentos na cidade de Salvador. Os alagamentos se fazem presentes no cotidiano urbano da metrópole em meses chuvosos. Esses alagamentos são caracterizados pelo acúmulo de água ao longo de vias, nas áreas de fundo de vale e nas avenidas litorâneas, onde o solo está completamente impermeabilizado e com sistema de drenagem subdimensionado para comportar as águas pluviais produzidas pelas chuvas torrenciais. Os alagamentos trazem transtornos às pessoas, aos estabelecimentos comerciais e imóveis que estão localizados nos bairros vulneráveis à esses episódios pluviométricos. Nessas condições, instala-se o caos urbano com invasão das águas nas garagens subterrâneas, perdas de veículos nas enxurradas, impedimento do sistema viário da cidade e impacto direto na qualidade de vida e saúde pública.

Este artigo traz uma discussão sobre os modelos de ocupação e uso do relevo, levando em consideração a ação antropogênica sobre o ciclo hidrológico local que resulta nas ocorrências dos alagamentos.

A metodologia aplicada neste trabalho detém seu embasamento teórico no estudo do Sistema Clima Urbano. Ao estudar a problemática dos alagamentos é importante analisar os fatores que implicam nesses episódios.

A cidade de Salvador detém seu território banhado por dez bacias hidrográficas extremamente antropizadas com trechos tamponados e canalizados. Essas situações associadas às irregularidades nas ocupações e pelo subdimensionamento dos seus sistemas coletores de drenagem, contribuem para ocorrência de alagamentos. Vale salientar que essa metrópole brasileira se destaca juntamente com São Paulo e Belo Horizonte como uma das mais vulneráveis aos episódios pluviométricos concentrados.

Neste trabalho a ocorrência desses alagamentos será discutida especificadamente na Avenida Antônio Carlos Magalhães e no bairro Rio Vermelho. Buscou-se analisar os moldes de uso e ocupação do solo, fator esse que intensifica as condições para ocorrência dos alagamentos.

A cidade de Salvador está localizada na faixa litorânea do Estado da Bahia na Região do Recôncavo Baiano. A cidade está sobre forte influência do Clima Tropical Chuvoso, apresentando uma concentração pluviométrica nos períodos de outono-inverno, com precipitação média anual em torno de 1.800 mm.

Devido a localização da cidade as frentes frias são bastante atuantes, sendo influenciadas pela Massa Polar Atlântico. Outros sistemas dinâmicos da atmosfera se fazem atuantes, como os ventos Alísios de Sudeste e as Ondas de Leste. Esse conjunto de fatores intensificam a elevação dos valores de precipitações nos meses de abril a julho. Sendo assim, percebe-se que as condições já mencionadas, associadas às ações antropogênicas no espaço urbano produzem as enchentes urbanas e os alagamentos.

SISTEMA CLIMA URBANO

No passar dos tempos, percebeu-se que os efeitos decorrentes do processo de urbanização, vinham interferindo na condição atmosférica. A geometria das edificações, construções, asfaltamento associado às ações antrópicas, influencia na circulação do ar, no transporte de calor e no vapor d'água. Sendo assim, os fatores mencionados acima condicionam na formação do microclima, caracterizado como clima urbano. Segundo Assis (2000, p.5) ainda a outros efeitos que contribuem na formação do clima urbano:

“o uso do solo, a geometria da malha (dimensões, distribuição, volumetria e distância entre os edifícios) e a tipologia de ocupação (dos edifícios, ruas, áreas verdes etc.) [...] o tipo de fachadas e as propriedades térmicas dos materiais [...], a orientação solar do tecido urbano e sua permeabilidade aos ventos” (Assis, p.5, 2000)

De acordo Lombardo (1985) o clima urbano é definido conforme a expansão da urbanização em um dado espaço terrestre, desta forma, o mesoclima que está incluída no macroclima sofre interferências microclimáticas derivados do espaço urbano.

Para Dani-Oliveira (1995, p.14), o clima urbano é constituído de “um sistema de inter-relações complexas do qual faz parte da cidade em todos os seus atributos e os aspectos do espaço em que se insere”.

A partir da expansão dos grandes centros urbanos as alterações no clima urbano estão cada vez mais evidentes e preocupantes, ou seja, os elementos climáticos como: “Temperatura, Umidade, Movimento do Ar e Radiação” vem sofrendo alterações provocadas pela urbanização.

Para Leão (2006, p.11): “a prática do desenho urbano tem se dado sem levar em conta os impactos que provoca no meio ambiente, repercutindo não só no desequilíbrio do meio como também no conforto e salubridade das populações urbanas”.

Devido à realidade atual das metrópoles caóticas no Brasil, sobretudo nos períodos chuvosos, os estudos sobre o clima urbano são extremamente necessários para a transformação das realidades nas cidades. Com isso, a presente pesquisa traz um estudo do clima urbano direcionado aos efeitos das precipitações concentradas na cidade de Salvador. Representa uma metrópole brasileira sobre uma forte ação antropogênica que substituiu suas áreas arborizadas e dos terraços fluviais por sistemas viários e de transporte de massa.

As cidades estão inteiramente transformadas pelas ações antrópicas, essas alterações impactam nas características térmicas da superfície, nas taxas de evaporação, circulação do ar, no ciclo hidrológico local, elevação dos níveis de precipitação, além da formação das ilhas de calor, fator esse caracterizado pelo aumento das temperaturas em uma determinada área urbana (LABAKI & SANTOS, 1996; BUENO, 1998).

Assim, é notório que as mudanças climáticas são provocadas pela urbanização, em seguida serão mencionados os problemas que interfere no clima urbano: I – áreas totalmente de impermeabilizadas; II – aumento da emissão de contaminantes na atmosfera; III – adensamento generalizado de edificações; IV – retirada das vegetações. Desta forma, esses problemas resultam nos microclimas do sítio urbano.

Pode-se afirmar que devido às alterações do clima urbano, os eventos pluviométricos estão se tornando mais extremos, trazendo como consequência transtornos para as populações urbanas. Isso reforça que os impactos na paisagem urbana, como: desmatamento, poluição e os modelos de ocupações irregulares do solo, traz um desequilíbrio ao meio natural, principalmente no clima urbano.

Vale salientar, que os eventos climáticos são de ordem natural, mas a ação humana vem interferindo com frequência e intensidade, pode-se observar esses efeitos através dos impactos pluviais, na qualidade do ar e no conforto térmico.

Segundo Lombardo (1985, p. 15) “a natureza reage violentamente às manipulações do homem e, nessa contradição de forças provocam-se desastres ambientais que podem ocasionar elevados custos sociais”

Para Santos (2019) um dos problemas que está presente no cotidiano dos grandes centros urbano, são os impactos causados pelas fortes chuvas nos meses chuvosos, fator esse responsável pelos episódios de alagamentos nas cidades que apresentam irregularidades pela falta de infraestrutura, inexistência de planejamento urbano e por uma intensa ocupação em áreas de risco.

PROBLEMÁTICA DOS ALAGAMENTOS URBANOS

Com o crescimento das cidades, resultante da especulação imobiliária desenfreada dos grandes centros urbanos, as ocupações irregulares vêm se tornando presente na paisagem, isso pode ser notado nos topos de morros, em várzeas, fundos de vales, em declividades acentuadas, e em áreas de preservação. Isso mostra o quanto o poder público está ausente no planejamento urbano das grandes metrópoles brasileiras, essas que em períodos chuvosos são as mais sensíveis aos impactos pluviais.

Devido à intensa urbanização, observa-se que o microclima de determinada localidade é afetado, respectivamente influencia diretamente no ciclo hidrológico natural. Com isso, a partir da ação dos fatores como: desmatamento, ocupação de várzeas, canalização de córregos, impermeabilização do solo associados ao clima, caracteriza-se condições a períodos de elevadas precipitações, tendo como consequência desastres no cotidiano urbano, como os alagamentos.

Conforme as análises feitas por Grilo (1992) os alagamentos ocorrem em áreas planas, com depressões ou fundos de vale, onde o solo está totalmente impermeabilizado, as redes de drenagem comprometidas e com um sistema pluvial incapacitado de comportas fortes chuvas. Além disso, vale salientar que a ausência de vegetação é preocupante, pois quanto menos áreas verdes mais difícil será a infiltração das águas no solo, sendo assim, irá causar um maior volume do escoamento superficial para as áreas de baixada, tendo como a ocorrência os alagamentos.

Cobrade (2012) define que os alagamentos são causados devido à extrapolação do escoamento superficial decorrentes das chuvas intensas, fazendo com que os sistemas de drenagem urbana não suportem com fluxo d'água, e conseqüentemente

ocorra o acúmulo de água ao longo de vias, ruas, avenidas, calçadas.

As elevadas precipitações é o principal condicionante para a ocorrência dos episódios de alagamentos, assim, percebe-se que, quanto maior os níveis de precipitação em um menor tempo haverá probabilidades dos riscos de alagamentos. Com isso, as localidades que são ausentes de infraestrutura urbana, tanto nas ocupações do solo quanto ao uso do relevo, faz com que acometa em diversos pontos de alagamentos.

Além dos problemas citados acima, ainda a outros fatores que condiciona aos alagamentos segundo Medeiros (2013) como: ausência das bocas de lobo, falta de manutenção dos canais de drenagem que são obstruídos por resíduos sólidos e ineficiência da coleta de lixo.

É notório pontuar, que a ação antrópica na paisagem associado às precipitações, agrava nos problemas gerados pelos alagamentos, visto que, com adensamento da malha urbana pelas edificações, construções e as pavimentações, faz com que o solo torne-se impermeabilizado, fator esse principal, que acarreta em alagamentos nos centros urbanos e nas localidades vulneráveis aos impactos trazidos pela chuva.

Apesar do meio urbano haver um aglomerado de áreas sensíveis às chuvas intensas, a ocorrência dos alagamentos é mais acentuada nos bairros e avenidas localizados nos fundos de vale. Isso ocorre, por ser uma forma de relevo de recepção das águas pluviais e apresentar uma ocupação intensa.

Com o avanço da urbanização predatória, o solo urbano vem sendo ocupado sem o devido planejamento, com isso, irá acarretar futuramente em severas consequências no decorrer da expansão do núcleo urbano. Dessa forma, os problemas socioambientais começam a serem preocupantes nas cidades, especificadamente nos meses chuvosos.

Segundo Becker (2006) a urbanização é o principal modificador do solo, pois dificulta a infiltração, aumenta o escoamento superficial que por consequência interfere no ciclo hidrológico, sendo assim, esses fatores ocasionam nos alagamentos que acaba afetando a população.

Os impactos causados pelas chuvas trazem transtornos para cidade, além de perdas matérias, atinge principalmente na qualidade de vida dos moradores mais carentes, a exemplo disso estão os alagamentos, como afirma Graosque (2015, p.8):

Além dos prejuízos materiais que a água pode causar, a interrupção de importantes vias compromete os serviços na cidade, já que as pessoas demoram mais para chegar aos seus destinos. A população sofre com estes alagamentos em suas casas afetando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos que vivem em áreas suscetíveis a estes eventos.

Conforme Brandão (2010) é possível notar a segregação espacial nas cidades,

até mesmo pelo processo de planejamento que se faz presente naquelas localidades ocupadas por pessoas de classe media/alta renda, diferentemente dessa realidade, estão às áreas marginalizadas, que apresentam ausência de planejamento urbano e as que são mais afetadas pelos impactos pluviais.

Assim sendo, de acordo as discussões feitas, é relevante destacar que as transformações feitas pela urbanização no meio ambiente vêm impactando nos meses chuvosos, onde a impermeabilização do solo se torna o principal condicionante dos alagamentos, além da canalização e retificação dos canais fluviais que influencia no ciclo hidrológico e conseqüentemente proporciona na ocorrência desses episódios.

LOCALIAÇÃO GEOGRÁFICA DE SALVADOR E CONDICIONANTES AMBIENTAIS

Salvador, capital da Bahia, um dos Estados do Nordeste do Brasil, está localizado ao longo da Região do Recôncavo Baiano, mais precisamente a latitude $-12^{\circ}58'16''$ Sul e Longitude $38^{\circ}30'39''$ Oeste. Possui uma área territorial de 700 km² e uma população estimada em 2,7 milhões de habitantes (IBGE, 2010).

Sua faixa litorânea está voltada para o oceano Atlântico, onde a porção oeste do continente localiza-se na Baía de Todos os Santos. O município faz limite com Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho que englobam a Região Metropolitana de Salvador (Figura 01).

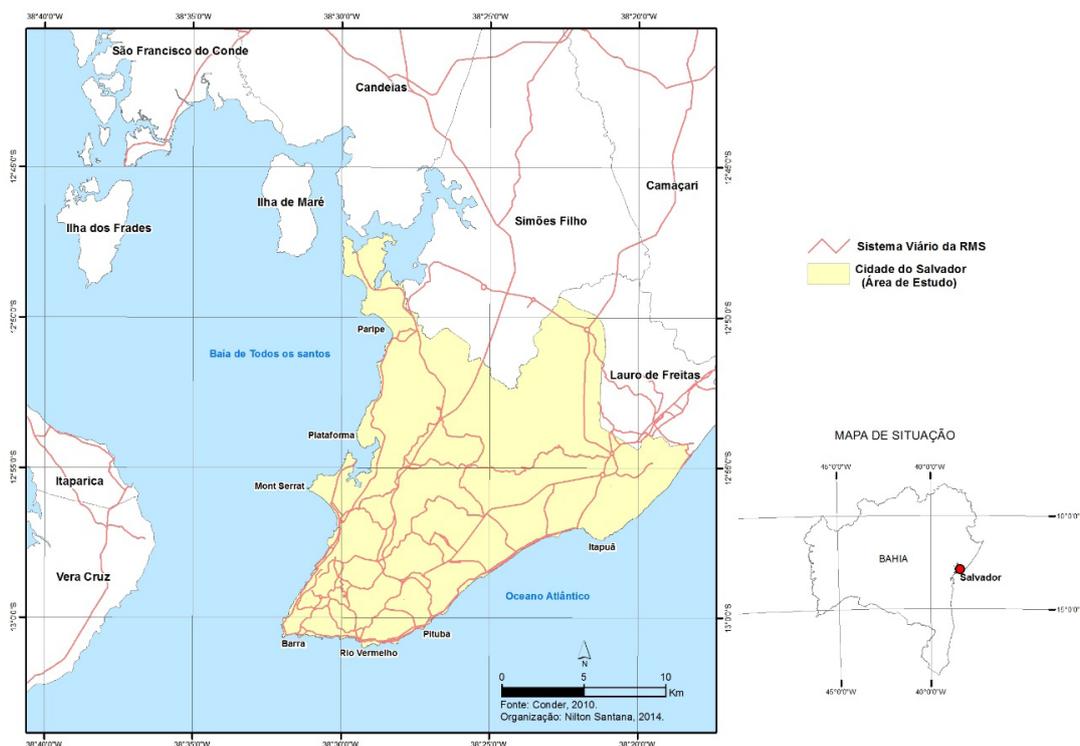


Figura 1- Mapa de Localização da Cidade de Salvador

Fonte: Análise da Vulnerabilidade ambiental de Salvador: um subsídio ao planejamento e a gestão territorial da cidade. Tese de Doutorado, 2014.

A tipologia topográfica da cidade de Salvador apresenta um relevo com altitudes modestas, feições morfológicas apresentadas de baixo planalto, dissecado em espigões por uma rede de drenagem dendrítica, com fundos de vale estreito ou chato, e zona intermediária de morros de formas diferenciadas, com uma planície litorânea de largura variável. Sua feição estrutural caracteriza-se pela grande falha de Salvador, cuja escarpa abrupta separa a cidade em dois planos altimétricos (a cidade alta e a cidade baixa). Sua paisagem é predominante intertropical, que resulta na interação das estruturas geológicas e as dinâmicas climáticas.

A cidade de Salvador caracteriza-se pelo clima Tropical Chuvoso de Floresta com elevada e uniforme precipitação ao longo do ano, forte influência marítima e com chuvas concentradas podendo alcançar um índice de 2126,1 mm anuais, tendo como destaque a concentração pluviométrica nos meses de abril a julho.

Esta pesquisa deteve em sua estruturação a análise das precipitações pluviométricas relacionadas com a vulnerabilidade ambiental em Salvador, tendo como base de estudo o risco ambiental mais frequente, os alagamentos. Fundamenta-se na análise quantitativa da intensidade de precipitação dos anos de 1998 a 2018, coletados do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e Instituto Nacional de Meteorologia - INMET estações meteorológicas localizadas em Salvador.

Foi utilizado o paradigma metodológico *Sistema Clima Urbano* como fundamento para compreensão do clima local e as interferências antrópicas na Avenida Antônio Carlos Magalhães e no bairro do Rio Vermelho com base no clima em seu aspecto multiescalar.

A Avenida Antônio Carlos Magalhães e o bairro do Rio do Vermelho áreas de investigação da pesquisa estão localizados no centro urbano da cidade de Salvador. Essas localidades são caracterizadas pela especulação imobiliária, predominância de numerosas edificações e comércios, decorrência do intenso processo de urbanização. Apresentam em sua totalidade uma paisagem impermeabilizada, canalização pluvial, desordenado adensamento populacional e inexistência de áreas verdes. Esses fatores contribuem aos alagamentos nos períodos de fortes chuvas.

OS ALAGAMENTOS E SEUS CONDICIONANTES

Os elevados níveis de precipitação que ocorrem na cidade de Salvador estão relacionados à atuação mais intensa dos sistemas meteorológicos no período de abril a julho (quadra chuvosa) na cidade. Neste contexto, observou-se forte ocorrência dos alagamentos neste período.

OS SISTEMAS ATMOSFÉRICOS, PRECIPITAÇÕES E ALAGAMENTOS

A partir da análise da Figura 01, observou-se que as quadras chuvosas que se destacaram no período de 1998 a 2018 corresponderam aos anos de 2003, 2006, 2009 e 2015. Identificou-se nessas quadras chuvosas maior volume de grau de intensidade das precipitações. Preliminarmente, atuaram nesses períodos sistemas como Ondas de Leste, o fenômeno ASAS (Alta Subtropical do Atlântico Sul), ZCOU (Zona de Convergência de Umidade).

Após a análise visual de imagens de satélite, constatou-se a atuação sazonal dos referidos sistemas. Corresponderam aos principais agentes indutores de chuvas na área de estudo.

Observou-se que nos anos indicados a Avenida Antônio Carlos Magalhães e o bairro do Rio Vermelho ficaram vulneráveis as fortes chuvas. Destacam-se como fatores de vulnerabilidade os alagamentos, fenômeno interligado as características dos moldes de ocupação da área estudada.

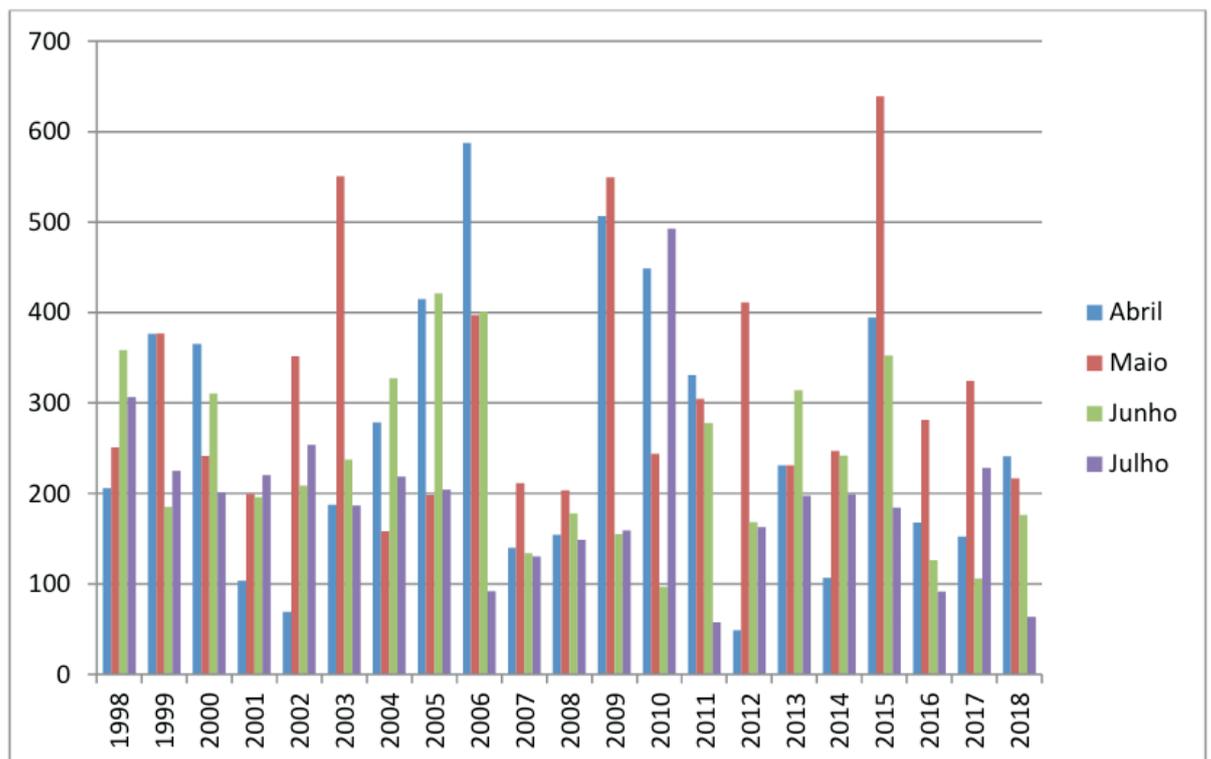


Figura 02: Gráfico dos índices Pluviométricos na quadra chuvosa dos últimos 20 anos em Salvador-BA

Fonte: INMET, organizado por Mota e Nascimento, 2018.

Ao analisar o gráfico 01, observou-se os índices pluviométricos dos anos 1998 a 2017, com destaque à quadra chuvosa de cada ano. Tendo como 2003, 2006, 2009 e 2015, os anos que apresentaram pluviometrias mais elevadas. Na qual, as precipitações máximas são identificadas como as chuvas em que a intensidade

ultrapassa o valor mínimo determinado.

Conforme os dados no ano de 2003, percebe-se que o mês de maio teve uma precipitação elevada. Essa incidência pode estar relacionada às massas de ar quente e úmida, formada a partir de regiões marítimas e oceânicas de latitudes baixas e médias da zona equatorial tropical pela ação dos ventos do leste.

O ano de 2006, o mês com maior ocorrência de chuvas foi abril, o que pode ter a influência da Alta Subtropical do Atlântico Sul (ASAS) que contribui para a intensidade e a direção dos ventos alísios ao longo do litoral.

Em 2009, os meses de abril e maio tiveram um elevado índice pluviométrico, aconteceu devido às condições do aumento da umidade do ar, ou seja, houve a circulação normal dos alísios de sudeste responsáveis pelo transporte da umidade em direção ao continente, assim, contribui para as frentes frias oriundas do sul, gerando nebulosidade e pluviosidade acima da média.

Em 2015, os altos índices pluviométricos registrados foram o mês de abril e maio, decorrentes das frentes frias pelo litoral baiano, e pela interferência da Zona de Convergência de Umidade (ZCOU), que favoreceu a ocorrência de chuvas torrenciais, que intensificaram a chuva em toda a faixa leste durante todos esses meses.

ESTUDOS DOS ALAGAMENTOS EM PONTOS IMPORTANTES DE SALVADOR

Com a crescente urbanização da cidade de Salvador os problemas de drenagem urbana e as preocupações ambientais relacionados aos alagamentos têm se tornado um grande desafio para os poderes públicos da cidade metropolitana. O crescimento desordenado associado por um planejamento urbano e ambiental inadequado, fez com que surgissem áreas vulneráveis a ocorrência desses episódios nos meses de fortes chuvas. Ao analisar a Figura 03, é possível observar a espacialização de variados pontos de alagamentos presentes na cidade.

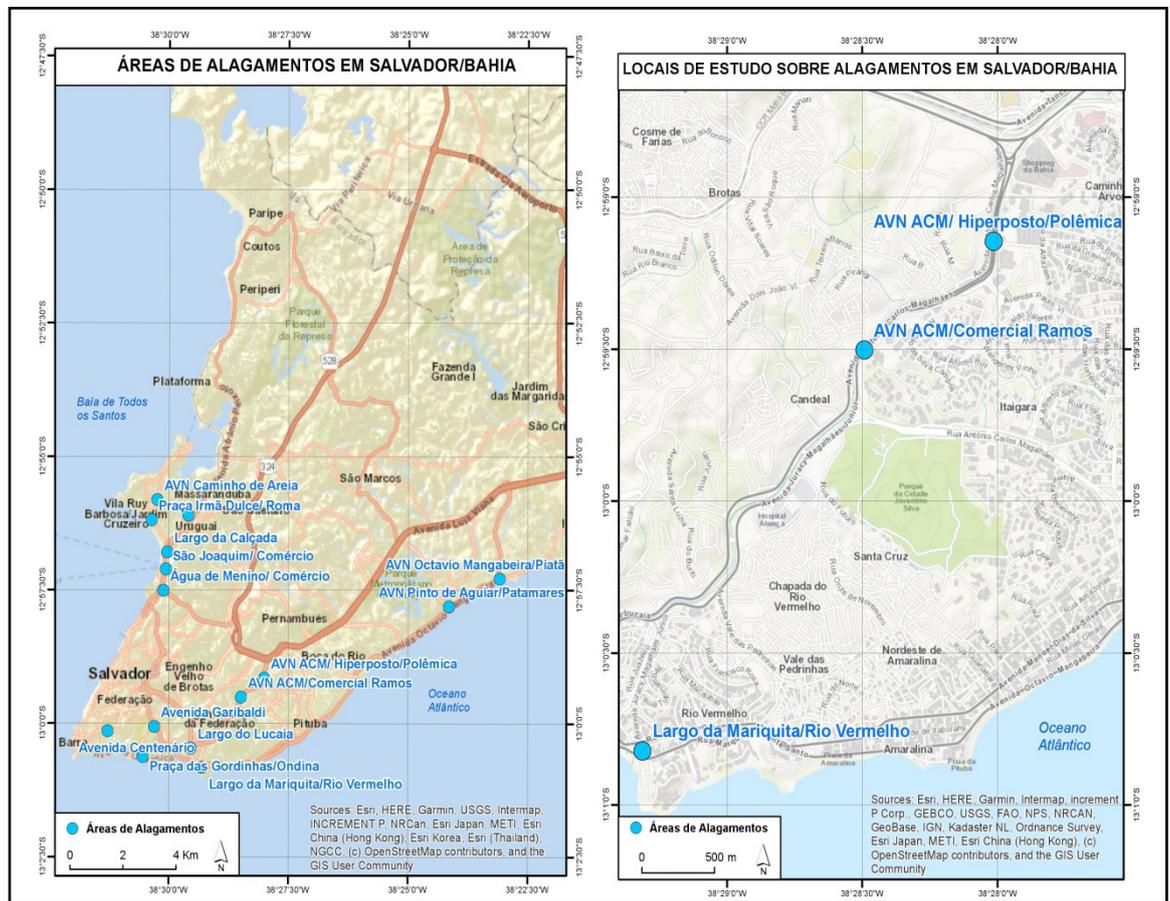


Figura 03 - Mapa de localização e pontos de alagamento na cidade de Salvador – Ba.

Fonte: Trabalho de campo do Projeto de pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

De acordo com a figura acima, a distribuição das ocorrências de alagamentos abrange áreas totalmente urbanizadas, apresentando uma densa camada de pavimentações, construções, sistemas de drenagem comprometidos, rios canalizados e retificados, ocupações irregulares e pequenas áreas isoladas de vegetação, assim sendo, através dos arquivos fornecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, fica evidente o quanto a cidade carece de planejamento urbano e ambiental.

Conforme os estudos voltados ao clima urbano, as áreas impermeabilizadas interferem no ciclo hidrológico local, fazendo com que a ação das precipitações seja com maior incidência nessas áreas, sendo assim, a água da chuva não conseguirá infiltrar no solo, nem escoar para os sistemas de drenagem devido à ineficiência e pela falta de manutenção, desta forma, haverá acumulação das águas precipitadas ao longo de vias, ruas, avenidas, principalmente localizadas nos fundos de vale.

Vale destacar, que a pressão proporcionada pela urbanização sem planejamento interfere no clima, que influência diretamente nas temperaturas, levando a gerar eventos climáticos extremos e aumento nas ocorrências de precipitações.

ÁREAS SUSCETÍVEIS E VULNERÁVEIS AOS ALAGAMENTOS

No processo de análise dos pontos de alagamentos em Salvador, constatou-se que os locais com maior intensidade nos casos de alagamentos estão localizados no centro urbano da cidade, como por exemplo, na Avenida Antônio Carlos Magalhães e bairro Rio Vermelho. Essas localidades serão os pontos de análises e estudo sobre a problemática dos alagamentos, pois apresentam uma grande importância por concentrar atividades comerciais e por apresentar grande fluxo do trânsito.

Nesses pontos é notório que os períodos de eventos pluviométricos extremos provoquem transtorno no dia a dia dessas localidades, afetando principalmente a população, que acabam ficando ilhados nos carros, coletivos, residências e casas comerciais.

A área urbana da Avenida Antônio Carlos Magalhães é rota viária significativa para o fluxo de veículos. Ao analisar a Figura 04 é possível observar uma avenida totalmente revestida por asfalto, com canais fluviais/pluviais canalizados e tamponados desprovida de solo poroso para absorção de água.



Figura 04 – Imagem de satélite com a localização da Avenida Antônio Carlos Magalhães

Fonte: Trabalho de campo do Projeto de pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

Com base na nos levantamentos de campo, a figura acima corresponde ao primeiro ponto a ser estudado, onde houve uma tomada de fotografias e um breve

levantamento de depoimentos dos transeuntes, com finalidade de compreender a vulnerabilidade da área em períodos chuvosos e ilustrar os indutores de alagamentos que se fazem presentes na Avenida ACM próxima a Rua da Polêmica, tendo como referência a casa comercial Hiper Posto.

No processo de análise dos modelos de uso solo da Avenida ACM, foram definidos alguns problemas que agravam nos alagamentos, constituem os seguintes: I - impermeabilização do solo; II – deficiência do sistema de micro e macrodrenagem.

I - Impermeabilização do solo:



Figura 05 – Fotografia da Avenida Antônio Carlos Magalhães – Área impermeabilizada
Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

Observa-se na Figura 05 uma área completamente impermeabilizada, onde acaba produzindo condições para a ocorrência dos alagamentos. Com a superfície totalmente asfaltada em meses de fortes chuvas a água precipitada acaba não conseguindo infiltrar no solo, propiciando assim o seu acúmulo ao longo da avenida.

II – Deficiência do sistema de micro e macrodrenagem



Figura 06 – Fotografia do sistema de captação das águas pluviais – Avenida ACM
Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

De acordo com a Figura 06 os dispositivos de microdrenagem são bem antigos e deteriorados pela falta de manutenção, fazendo com que em meses de precipitações acentuadas sobrecarregue o sistema de microdrenagem, que por sua vez, não terá a capacidade de comportar fortes chuvas. Neste contexto, pela deficiência dos coletores das águas pluviais não atender a demanda da localidade, resulta em condições favoráveis para os episódios de alagamentos.

Dando prosseguimento na área de estudo, percebe-se que a extensão da avenida ACM se encontra em um fundo de vale. Em meses chuvosos haverá uma maior concentração de água no local. Embora a localidade sofrer com os alagamentos há pontos que são mais críticos. Como por exemplo, o segundo ponto analisado na Avenida ACM tendo como referência a Comercial Ramos conforme a Figura 07. Consiste numa das localidades com maior incidência de alagamentos na cidade.



Figura 07 – Imagem de satélite de localização da Avenida Antônio Carlos Magalhães

Fonte: Trabalho de campo do Projeto de pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

Através da análise da Figura 7 observa-se a pavimentação expressiva da superfície, produzindo condições favoráveis para a impermeabilização generalizada do solo, onde acaba contribuindo nos períodos chuvosos para formação de imensos fluxos de água superficial sobre as avenidas.

Pode-se ser observado também que nas imediações do local de estudo apresenta ausência de cobertura vegetal, que são transformadas em áreas impermeabilizadas, como: pavimentações, asfaltamento, edificações e implantação de placas de concreto. Assim sendo, as transformações no espaço acionadas pela ação antropogênica trazem implicações sérias sobre o ciclo hidrológico local.

Sendo assim, dentre dos fatores decorrentes da urbanização que contribuem para a problemática dos alagamentos da área de estudo, destacam-se: **I – canalização das redes pluviais; II- redução da cobertura vegetal; III- falta de manutenção dos sistemas de drenagem:**

I – Canalização das redes pluviais:



Figura 08 – Canais de macrodrenagem às margens da Avenida Antônio Carlos Magalhães
Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

De acordo com a Figura 08, percebe-se que o centro urbano da cidade de Salvador é constituído por rios canalizados, que além de comportar águas destes rios recebe também as águas das chuvas. No entanto, em prolongados meses chuvosos associados aos sistemas de captação comprometidos e galerias antigas, os canais acabam não conseguindo da vazão a quantidades elevadas de água precipitada, sendo assim, toda essa água acaba transbordando e condicionando nos alagamentos.

No geral, esses alagamentos acabam interferindo na dinâmica do local, onde o trânsito é comprometido, agravando em congestionamentos e gerando transtornos para os pedestres.

II- Inexistência de arborização e solos porosos



Figura 09 – Fotografia de trecho da Avenida Antônio Carlos Magalhães

Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

Nas áreas centrais com o advento das indústrias, centros comerciais e especulação imobiliária, a cobertura vegetal vindo sofrendo com os processos decorrentes da urbanização, assim, como poder ser notado no entorno da Figura 09 a supressão da vegetação na Avenida ACM. A imagem reflete bem assim como na maioria das metrópoles brasileiras uma pequena fração de área arborizada em meio à um sistema viário completamente pavimentado e impermeabilizado.

Conclui-se que a diminuição das áreas verdes pela substituição por áreas impermeabilizadas, altera o curso d'água e aumenta o escoamento superficial. Com isso, dificulta a infiltração da água da chuva no solo que por consequência aumenta significativamente em curto espaço de tempo o volume das águas pluviais desprovidas de sistemas de drenagens eficientes.

III- falta de manutenção dos sistemas de drenagem



Figura 10 – Canais coletores de águas pluviais deteriorados

Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

Como pode ser observada na Figura 10 a ausência de manutenção nos sistemas coletores de drenagem pluvial urbana pelo poder público. Os canais de microdrenagem encontram-se assoreados e comprometidos com a disposição de lixo no seu interior. Esses dispositivos que deveriam direcionar as águas pluviais para os sistemas de macrodrenagem estão impossibilitados ou em parte prejudicados em exercer sua função.

Desta forma, em períodos chuvosos o sistema de drenagem não detém a capacidade adequada para drenar as águas pluviais, assim, juntamente com o solo impermeabilizado aumentará o volume das águas precipitadas na área de estudo, que conseqüentemente produzirá enchentes e alagamentos na Avenida ACM.

As questões direcionadas a drenagem pluvial é um ponto importante a ser discutido pela sua importância de minimizar os impactos trazidos pelas fortes chuvas na dinâmica urbana na cidade de Salvador. Esta metrópole historicamente consolidou-se num aglomerado urbano com forte padrão de ocupação indevido do solo.

A partir dos dados analisados dos índices de precipitações na cidade de Salvador pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET é notório que os meses mais chuvosos Abril à Julho. No ano de 2019, os meses que mais se destacaram por elevados índices de precipitação foram Maio: 240.6 mm e Julho: 292.3 mm. Desta forma, foi possível observar diversos pontos de alagamentos na cidade, mas

a Avenida ACM, em específico, teve um destaque para esses problemas que por se tratar de uma via com tráfego intenso as consequências no trânsito são mais destacadas na mídia local.

Ao analisar os diversos veículos de comunicação da capital baiana, foi possível notar a vulnerabilidade da Avenida ACM nos meses chuvosos.

Assim, com a dinâmica pluviométrica, associado aos períodos de elevada precipitação, em conjunto com os modelos de ocupação e a topografia, percebe-se um alto grau na frequência de pontos de alagamentos presente na área de estudo como pode ser observado na Figura 11.



Figura 11- Fotografia de alagamento na Avenida Antônio Carlos Magalhães

Fonte: Portal G1 Bahia, 2019

A Figura 11 representa um ponto crítico de alagamento na Avenida ACM, observa-se uma área totalmente comprometida e vulnerável aos efeitos da chuva. Nesta área os sistemas de microdrenagem estão subdimensionados, portanto incompetentes para drenar toda a água que acumula na avenida.

Os alagamentos ocorrem a partir de uma extrema quantidade de precipitação em um determinado local, ou até por pouco tempo, no entanto, a ineficiência da drenagem pluvial em conjunto ausência de vegetação e a impermeabilização de uma área agrava a incidência desses problemas nas estações chuvosas.

Diante disso, os gestores públicos terão que enfrentar um grande desafio para poder solucionar através de medidas mitigadoras os problemas dos alagamentos que se faz presente em quase toda a metrópole. Vale salientar, o imenso transtorno que os pedestres, motoristas e estabelecimentos comerciais acabam passando.

Além das perdas materiais decorrentes desses episódios.

As ações antropogênicas é o principal agente que influencia nas causas dos alagamentos, pois através do processo de uso e ocupação do solo sem planejamento urbano e ambiental eficiente, sempre haverá problemas ligados aos eventos extremos de chuva presente no sítio urbano da cidade de Salvador.

Outro ponto de estudo com intenso risco de alagamentos foi o Largo da Mariquita que está localizado no Bairro Rio Vermelho, segundo Figura 12. Esta localidade apresenta uma intensa impermeabilização do solo além da forte influência da maré. Tendo em vista que é um bairro litorâneo, e que nos períodos da quadra chuvosa apresentam extensos alagamentos com elevado volume de água.



Figura 12 – Imagem de satélite do Largo da Mariquita, Bairro Rio Vermelho
Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

Um dos principais fatores interferem para os episódios de alagamento na localidade é a oscilação da maré. Nos meses de chuva acentuada o canal de drenagem que deságua ao longo da praia do Rio Vermelho não consegue dar vazão às suas águas devido ao avanço da maré sobre o continente. Com o encontro desses dois sistemas os alagamentos e enchentes ocorrem de forma crítica devido ao encontro com as águas marinhas provenientes da maré alta. A partir daí, as residências, estabelecimentos comerciais e vias de acesso são inundadas pelas

águas salobras das marés.

No bairro do Rio Vermelho além da condição já relatada observam-se ainda sistemas de drenagem (bocas de lobo) subdimensionados, conforme a Figura 13. Constituem sistemas de coletas que sofrem inundações e com extravasamento de água no decorrer das chuvas devido ao tamponamento da drenagem.



Figura 13 – Dispositivo de captação das águas pluviais no Largo da Mariquita

Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

As bocas de lobo presentes no largo da Mariquita apresentam uma estruturação bem antiga que não comporta fortes chuvas, em conjunto a disposição de resíduos sólidos que acaba obstruindo totalmente ou parcialmente os sistemas de captação e pela falta de manutenção periódica. Situações que acabam por interferir no bom funcionamento da rede.

No caso dos alagamentos sendo influenciadas pela oscilação da maré como pode ser analisado na Figura 14, as águas do oceano obstruem os sistemas de drenagem que acaba invadindo o Largo da Mariquita e impedindo a vazão das águas precipitadas para as galerias, assim, nos períodos chuvosos a água fica acumulada no local trazendo um grande transtorno para moradores e comerciantes.



Figura 14 – Canal de deságua da macrodrenagem na praia do Rio Vermelho, Salvador.
Fonte: Trabalho de Campo da Pesquisa Sistema Clima Urbano na Cidade de Salvador, BA. 2018.

Conforme a figura acima percebe-se a influência da maré no bairro Rio Vermelho especificadamente no Largo da Mariquita, por estar localizado em na planície litorânea. Nos meses de intensas chuvas registra-se o aumento de alagamentos no bairro.

Pode-se verificar que o espaço urbano da cidade de Salvador é constituído por um acelerado crescimento habitacional, no entanto, isso reflete por um intenso processo irregular do uso e ocupação do solo e pela retirada da vegetação natural sem as devidas precauções. As referidas ações antropogênicas, além de modificar a paisagem, provocam alterações na dinâmica climática local, fazendo com que em períodos chuvosos a cidade torna-se vulnerável aos riscos ambientais. Esses problemas decorrentes das intensas chuvas são mais frequentes nos chamados fundos de vales e em declividades acentuadas.

Vale ressaltar que o sítio urbano da cidade de Salvador apresenta um crescimento desordenado em seu setor imobiliário, desta forma, irá impactar exclusivamente no relevo, vegetação, solo e clima. Ou seja, a cidade apresenta uma inexistência do planejamento urbano que deveria ser regida por leis ambientais para garantir o bem estar da população.

Com isso, diante das constatações acima, à urbanização somadas às elevadas precipitações desencadeiam os impactos pluviais. Essa problemática é observada tanto nas áreas mais nobres da cidade quanto nas localidades mais carentes que

são ocupadas irregularmente em áreas consideradas de risco.

Com a expansão urbana e do sistema viário a problemática dos alagamentos vem se tornando presente no cotidiano da cidade, principalmente nos grandes centros urbanos. Como por exemplo, a Avenida Antônio Carlos Magalhães importante rota de tráfego, localizada num fundo de vale. Também no bairro Rio Vermelho que por estar localizada em uma área litorânea sofre por uma forte influência da maré sobre os canais de drenagem pluvial em períodos chuvosos, acometendo assim, nos episódios de alagamentos mais extensos.

Nesse contexto, buscou-se relacionar o estudo do clima urbano juntamente ao processo de intervenção antrópica nas diferentes formas de uso e ocupação do solo, tendo como principais consequências os alagamentos.

No decorrer deste estudo observou-se que a cidade não teve o planejamento adequado. Principalmente no que diz respeito à sua sustentabilidade ecológica. Dessa forma, é necessário haver uma tomada de decisões que possibilitem um replanejamento urbano relacionados à drenagem urbana a fim de solucionar os impactos que as precipitações vêm causando na cidade.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Eduardo Delgado; SANO, Edson Eyji. **Sistema de informações geográficas**: aplicações na agricultura. 2. ed. rev. e amp. Brasília, DF: Embrapa – SPI / Embrapa – CPAC, 1998. 434p.

ASSIS, Eleonora Sad. **Impactos da forma urbana na mudança climática**: Método para a previsão do comportamento térmico e melhoria de desempenho do ambiente urbano. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

BECKER, P. **Obtenção de informações para Plano Diretor de Drenagem Urbana utilizando um SIG**. Dissertação de Mestrado. 107p. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

BRANDÃO, T.F. **Análise espacial de áreas afetadas por eventos hidrológicos extremos na cidade de Salvador - BA**. 2010. 110 f. Conclusão de Curso (Engenharia Civil)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana/BA, 2010.

BUENOS, C. L. **Estudo de atenuação da radiação solar incidente por diferentes espécies arbóreas**. Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de mestrado, Faculdade de Engenharia Civil, 1998.

CARVALHO, A. D. S. e MÜLLER, A. J. (2006) **Políticas Públicas e Gestão Territorial**: uso de geotecnologias na Amazônia. In: Amazônia: Políticas públicas e diversidade cultural.. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 87-108.

CATELANI, C. S. et al. **Adequação do uso da terra em função da legislação ambiental**. XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, INPE / SELPER, Belo Horizonte, 2003.

COBRADE, **Codificação e classificação Brasileira de Desastres**. 2012. Disponível em:<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=f9cdf8bf-e31e-4902-984e-a859f54dae43&groupId=10157> Acesso em: 14 de out de 2018.

DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Aspectos conceituais do sistema clima urbano**: um breve revisão bibliográfica sobre ilhas de calor. Cadernos de Geociências, nº15, p. 13-26, jul/set, 1995.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Imagens de satélite para estudos ambientais**. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2002.

GRAOSQUE, J. Z. **Mapeamento de áreas de alagamentos no bairro Santa Maria Goretti**, Porto Alegre – RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GRILO, R. C. **A precipitação pluvial e o escoamento superficial na cidade de Rio Claro/SP**. 1992. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1992.

LABAKI, L. C.; SANTOS, R. F. **Conforto Térmico em Cidades**: efeito da arborização no controle da radiação solar. Projeto FAPESP. Faculdade de Engenharia Civil, Unicamp, 1996.

LEÃO, M. **Desempenho Térmico em habitações populares para regiões de clima tropical**: Estudo de caso em Cuiabá – MT. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso – Instituto de Ciências Exatas e da Terra. Cuiabá – MT, 2006.

LOMBARDO, M. A. **Ilha de calor nas metrópoles**: o exemplo de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1985.

MEDEIROS, V. S. **Análise estatística de eventos críticos de precipitação relacionados a desastres naturais em diferentes regiões do Brasil**. 2013. 102 f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia Hidráulica). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo 2013.

MONTEIRO, L. C. F. **Organização climática e espacial no estado de São Paulo: problemas e perspectivas**. São Paulo: IGEOG / USP, 1976. 54p. (Série de teses e monografias, 28).

NASCIMENTO, Alane Santos do; ESTEVAM, André Luiz Dantas; NERI, Daniel Santa Bárbara; SANTOS, Ricardo Mota dos. **Climatologia Geográfica**: impactos ambientais urbanos na cidade de Salvador, BA. 1. ed. Santo Antônio de Jesus: Lab Cria e Conecta, 2019. 184p.

ROCHA, César Henrique Barra. **Geoprocessamento**: tecnologia transdisciplinar. 2. ed. rev., atual e amp. Juiz de Fora, MG: Ed. do Autor, 2002. 220p.

SANTANA, N. S. **Análise da vulnerabilidade ambiental de Salvador: um subsídio ao planejamento e a gestão territorial da cidade**. Salvador. Programa de Pós-Graduação em Geologia da UFBA. Tese de Doutorado. 2014. Disponível em: G1 - <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/03/25/avenida-acm-fica-alagada-durante-chuva-forte-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 10/07/2019 às 14:00.

A PSICOSFERA PUBLICITÁRIA DO PONTO DE VISTA DA REDE URBANA BRASILEIRA E INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 01/03/2020

Ronaldo Cerqueira Carvalho

Doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE

ronaldo.ronel@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8089-7353>

<http://lattes.cnpq.br/7993383121361350>

RESUMO: Este trabalho se incorpora à linha de pesquisa no âmbito da gestão empresarial. A gestão empresarial constitui a síntese geográfica das redes e fluxos representativos da atuação do mercado, fornecendo um quadro de referência do posicionamento relativo das cidades na rede urbana brasileira. O seu objetivo, utilizando pesquisa empírica, documental e analítica, é o de sublinhar a ação da psicofera publicitária e de seus contributos para o direcionamento e incremento do consumo, do ponto de vista da rede urbana brasileira, em especial em relação à influência estrangeira.

PALAVRAS-CHAVE: rede urbana, empresas de publicidade, tecnosfera-psicosfera

ADVERTISING PSYCHOSPHERE FROM THE POINT OF VIEW OF THE BRAZILIAN URBAN NETWORK AND THE FOREIGN INFLUENCE

ABSTRACT: This paper belongs to the business management line of research. The Business management constitutes the geographical synthesis of the networks and flows that represent the market's performance, providing a frame of reference for the relative positioning of cities in the Brazilian urban network. Its objective, by using empirical, documentary and analytical research, is to highlight the action of the advertising psychosphere and its contributions to directing and increasing consumption, from the point of view of the Brazilian urban network, especially in relation to foreign influence.

KEYWORDS: urban network, advertising companies, technosphere-psychosphere

1 | INTRODUÇÃO E APORTES TEÓRICOS

Em se tratando dos estudos ligados à gestão empresarial, mantemos uma linha de pesquisa ligada às empresas de serviços avançados de apoio as empresas (IBGE, 2014; CARVALHO e MOTTA, 2016; CARVALHO, 2017). Com efeito, a concentração dessas

atividades se faz presente nas aglomerações metropolitanas mais dinâmicas, em um ambiente de concentração de competências tanto informacionais quanto de infraestrutura. Conhecidos também pela expressão “terciário avançado”, esses serviços podem ser compreendidos como sendo um conjunto de atividades voltadas às empresas vinculadas aos circuitos econômicos superiores. Dessa forma, a categorização de serviços avançados está atrelada a áreas como Contabilidade, Propaganda & Publicidade, Finanças, Seguros e Direito (IBGE 2014, p. 22). Diante do rol destes serviços, priorizamos a análise conjunta das empresas de publicidade, propaganda e marketing. Trata-se de uma categoria pertencente às chamadas “indústrias criativas” (KON, 2015, p. 158), aberta à inovação e que tem por prática exibir publicamente seus principais clientes, informações societárias consideradas como relevantes, além da sua missão e valores corporativos.

Sob esses princípios, pretendemos nesta comunicação sublinhar a ação específica da psicosfera publicitária¹ e de seus contributos para o direcionamento e incremento do consumo, do ponto de vista da rede urbana brasileira, em especial em relação à influência estrangeira. Assim, optamos por problematizar e referenciar o trabalho na presente etapa e na seção seguinte do texto apresentaremos os resultados alcançados através de tabelas e cartograma.

Em termos de macroescala, as repercussões da psicosfera estão imbricadas aos elementos da tecnosfera que lhe conferem materialidade. Neste sentido,

a publicidade contemporânea fomenta uma mentalidade consumista fortemente orientada para a disseminação de um vasto leque de ideias e bens em gigantescas bases mercadológicas. Os produtos e as marcas de ponta passam a ser aqueles assimilados pelo sistema mundial, relativizando-se a antiga noção de território como fator de unidade geocultural. Os conteúdos das campanhas publicitárias globalizam signos sociais e referências culturais, estimulando a formação de uma memória coletiva traçada e reconhecível em estilos de vida desterritorializados, e não mais em especificidades históricas. Por conseguinte, as dinâmicas do consumo assumem a hegemonia na gestão dos espaços sociais, acima de limites geográficos, raças, classes sociais, religiões e laços comunitários. As sociedades passam a ser guiadas pela astúcia do marketing e dos planejamentos de longo alcance – ambos possuídos pela fixação de manter o capital em rotação e rentabilizá-lo ao máximo (MORAES, 1999, p. 1).

O impacto das corporações multinacionais, empresas e agências de publicidade

1. Para Milton Santos a psicosfera seria o “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...], fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 1999, p. 204). A tecnosfera, ao seu turno, “é o mundo dos objetos” técnicos implantados localmente (1999, p. 204). Juntas, tecnosfera e psicosfera, consubstanciam os pilares do meio técnico-científico-informacional da atualidade (SANTOS, 1999). Um desses pilares: o sistema moderno de comunicação [incluindo as agências de publicidade e empresas afins], elabora estratégias de controle do território nacional por meio do aparato institucional (RIBEIRO, A. C. T., 1991, p. 46 citado em SANTOS, 2013, p. 50).

Nos utilizaremos dos termos *publicitária*, *publicitário* e *publicidade*, evitando a grafia repetida, por exemplo, do trinômio *publicidade*, *propaganda* e *marketing*, ou de suas partes, para facilitar o desenrolar das ideias e da própria leitura, pois buscamos destacar a disposição na promoção do consumo como mote que unifica uma parte significativa da produção destas atividades. Da mesma forma, faremos uso da denominação *empresa* (ou *agência*, *companhia* e *firma*) de *publicidade* independente das possíveis imbricações, interfaces e ambiguidades das atividades econômicas desenvolvidas pelo nosso objeto de estudo no âmbito do citado trinômio.

no desenvolvimento das estratégias de comunicação não pode ser considerado apenas do ponto de vista global, pois ao nos dedicarmos à reflexão sobre a escala nacional, este enfoque revelará as nuances de como cada nação se adapta e ao mesmo tempo resiste à influência hegemônica (MATTOS, 2010). “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares” (SANTOS, 1994a, p. 16).

Como as condições econômicas, infraestruturais, técnicas e políticas de receptividade não são as mesmas, cada país conhece um grau diferente de inserção dos capitais tecnológicos estrangeiros e, por isso mesmo, a estrutura do capital interno a cada qual se torna ainda mais específica (SANTOS, 1979, p. 65-66).

Dessa forma, as políticas de mídia, cultura, definições de mercados e identidade cultural são melhor analisadas ao nível de nação. Os elementos culturais importados, por exemplo, tendem a ser sintetizados com os elementos locais, esses últimos se comportando, em geral, como determinantes desta hibridização cultural² (STRAUBHAAR, 2001). Entretanto, o relacionamento entre os conglomerados de mídia privada e a esfera política continua poderoso até hoje, ditando o presente e delineando o futuro do sistema de mídia no Brasil. A hibridização cultural, desta forma, decorre de um envolvimento de atores da mídia privada com o Estado, visando a obtenção de vantagens econômicas. (PAIVA *et al.*, 2015).

De meados do século XX à década de 1990 ocorre a expansão do meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994b) com a construção dos sistemas técnicos necessários à realização da produção e das trocas globalizadas (ANTONGIOVANNI, 1999). Neste sentido, podemos afirmar que a rede decorrente da implantação dos sistemas técnicos

tende a ser alterada em sua forma e função, visto que sua dinâmica depende dos atores que geram e controlam a rede, além da posição de cada um deles com relação aos fluxos que circulam e são comunicados na rede. Tais fluxos manifestam a prática social dos atores e suas estratégias de gestão territorial, na qual a rede urbana passa a ser o *locus* de múltiplas redes técnicas e sociais, cada uma organizada de modo específico (RIBEIRO, M. A. C., 1997, p. 24).

“O sistema moderno de comunicação no Brasil, pode ser compreendido como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional, funcionando também como elo articulador de mercados” (RIBEIRO, A. C. T., 1991). Tributárias desse sistema,

2. Os efeitos da hibridização cultural indicam o rompimento das barreiras que separam o que é tradicional do que é moderno, entre o culto, o popular e o massivo, consistindo na miscigenação entre diferentes culturas; uma heterogeneidade cultural (CANCLINI, 1995).

as agências publicitárias possuem uma infraestrutura (equipamentos e tecnologia; assim como se baseiam nas relações de produção, isto é, a maior parte dos publicitários vende sua força de produção — trabalho criativo e pulsional — para que os empresários da indústria da propaganda consigam a ampliação de seu capital), e se especializam na produção de materiais que contêm a ludicidade discursiva que contribui para a manutenção da superestrutura como função político-ideológico, mas também interferem nas relações de produção, já que excitam o consumo objetivo das mercadorias (embora se valham da recuperação das pulsões psíquicas das diferentes camadas da população, que são social e economicamente envolvidas pelas empresas — pelo jogo das organizações, do trabalho, do salário, etc. — das quais nem mesmo os próprios publicitários, na maioria, se dão conta). (BARBOSA, 1998, sem paginação).

A instrumentalização do território para uso eficaz, voltado para o uso das corporações econômicas, passa a ser um mecanismo que permite a orquestração do exercício do poder da disponibilização das pessoas, de parcelas do território, bens conhecimento, da técnica e de estruturas administrativas (RIBEIRO, A. C. T., 2007 citado em KAHIL, 2010).

A pulverização desses elementos da tecnosfera se mantém articulada no Brasil, sob o comando especialmente concentrado da metrópole de São Paulo (SERVIÇOS..., 2014; CARVALHO e MOTTA, 2016). Com efeito, o perfil marcante da publicidade e de suas empresas foi construído passo a passo. Primeiro, com a criação de anúncios como os de medicamentos viajando nos cartazes dos bondes ou, então, estampados nas revistas em circulação como a emblemática *O Cruzeiro* (ABAP, 2005; AUCAR, 2016). É destaque também a fundação da agência pioneira *Eclética* em 1914, estabelecida em solo paulistano, seguida pela vinda das empresas de publicidade internacionais que despontaram no bojo do fortalecimento das operações brasileiras de companhias como a *General Electric* e a *Kodak* nos anos 1930 (ABAP, 2005) e, de forma mais pungente, após a Segunda Guerra, concentrando-se em São Paulo e no Rio de Janeiro, então capital do país. A mudança da publicidade para uma vertente mais criativa, a partir dos anos 1970, associada às novas estratégias do marketing de segmentação de mercado foi acompanhada pela intensificação dos fluxos da rede de serviços vinculada ao negócio publicitário. Esse dinamismo se amplia, como se percebe, de forma gradual e crescente, colaborando em seu nicho para criar e recriar a rede urbana “em que pese a tendência de estabilidade estrutural no longo prazo” (IBGE, 2008, p. 9). Como nas demais formas-conteúdo, a implantação da infraestrutura publicitária vai criando “restrições à organização espacial, à localização seletiva de capital, de instituições e de pessoas”. Assim, “todas as formas são dotadas de uma estrutura técnica que compromete o futuro” (SANTOS, 1977, p. 41) em termos da sua autonomia.

2 | RESULTADOS

Em termos metodológicos, as tabelas de 1 a 3 e a figura 1 foram pensadas como forma de conferir empirismo ao desenvolvimento conceitual aqui presente. Elas apontam, em especial, para a centralidade de São Paulo (SP) na reunião de objetos técnicos e a geração de fluxos ligados a tecnosfera publicitária e a propagação de psicoferas que impactam à atividade econômica, tanto em nível nacional como aquelas emanadas do exterior.

Os fluxos materiais e imateriais são imanentes ao processo de estruturação da metrópole paulista. Particularmente, “são os fluxos imateriais que atualmente permitem a São Paulo exercer seu comando em todo o território brasileiro outorgando-lhe o caráter de metrópole onipresente” (SANTOS, 1994c e SANTOS, 2013 citado em ARROYO, 2004, p. 86).

A tabela 1 confirma este protagonismo. Nela, o *ranking* de agências da Kantar Ibope Media³ demonstra que dentre as 50 agências melhor aquinhoadas na disputa pelas maiores fatias de investimento em propaganda, 43 (86,0%) estão localizadas em São Paulo (SP). A distância do primeiro para o segundo lugar na tabela, o Rio de Janeiro (RJ) com 4,0%, é bastante significativa. Em uma outra fase da nossa pesquisa serão tratadas mais de perto as questões relativas à distribuição de sedes e filiais no território brasileiro e o papel da dupla metropolitana São Paulo (SP) – Rio de Janeiro (RJ) na rede de agências de publicidade.

Município da Matriz	Número de Agências
São Paulo (SP)	43
Rio de Janeiro (RJ)	2
Porto Alegre (RS)	1
Salvador (BA)	1
Curitiba (PR)	1
Vitória (ES)	1
Recife (PE)	1
Total	50

Tabela 1 - Número de agências por município, segundo a captação de investimento publicitário - 2017

Fonte: Ranking de Agências - Janeiro a Dezembro 2017 - Kantar Ibope Media

Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/mais-de-60-mil-anunciantes-investiriam-em-publicidade-no-brasil-em-2017/>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

3. A Kantar IBOPE Media é a divisão latino-americana da Kantar Media, intitulado-se como líder global em inteligência de mídia. A empresa oferece informações sobre consumo, desempenho e investimento de mídia, provendo aos clientes da América Latina dados para tomada de decisão. Parte do grupo Kantar – braço do Grupo WPP é responsável por gestão de informação e conta com aproximadamente 3.500 colaboradores, mantendo operações em 15 países latino-americanos (KANTAR..., 2018).

A notória ascendência de São Paulo (SP) no cenário brasileiro é manifesta em diversos estudos e publicações. De nossa produção temos IBGE (2014) e Carvalho e Motta (2016; 2017). Especialmente em *Padrões espaciais dos serviços avançados de apoio às empresas na rede urbana brasileira*, (CARVALHO e MOTTA, 2016) o tema sobre o terciário avançado foi tratado de forma mais específica. Nela, consideramos que

a maciça concentração na Metrópole de São Paulo e o fato de as sedes aí localizadas possuírem um alcance espacial que praticamente incorpora todo o Território Nacional, torna plausível, de acordo com Rossi, Beaverstock e Taylor (2007) e Tolosa (2005) que essa aglomeração urbana constitua um *gateway*, isto é, um ponto de interconexão do Brasil com a economia mundial, se constituindo assim em uma cidade global (CARVALHO e MOTTA, 2016, p. 115).

Leila Dias, a respeito das redes teleinformáticas e de comunicação, introduz no debate a questão das hierarquias urbanas – nacionais e internacionais – em grandes cidades, especialmente quanto à São Paulo (SP): um espaço teleinformático fortemente polarizado (2007).

A hierarquia urbana interage com a organização do trabalho com as formas organizacionais de produção das grandes firmas. Ao mesmo tempo em que as técnicas de informação e de comunicação permitem maior controle e gestão centralizada, elas alteram a estrutura do emprego, quer pela mudança nas qualificações, quer pela eliminação de certos quadros médios [...] (DIAS, 2007, p. 4).

Em se tratando das hierarquias internacionais, elaboramos as tabelas 2 e 3 que estão associadas à tabela 1. Partimos da mesma fonte da Kantar Ibope para compô-las. Conforme comentário anterior, destacamos que o posicionamento das agências reflete o investimento publicitário dos clientes-anunciantes. Em seguida, verificamos, individualmente, cada agência envolvida nesta fonte e a sua ligação, caso pertinente, com os grandes grupos de mídia internacional.

Esses conglomerados de publicidade constituem-se em “*holding companies*”, que detêm o controle de diversas empresas de serviços de comunicação de marketing, como as redes de agências de propaganda, serviços de mídia, relações públicas, promoções de vendas, marketing direto, eventos, merchandising, design, e outros (FGV..., 2004, p. 22).

Dentre elas, as três gigantes da publicidade – Omnicom, WPP e Interpublic – possuem filiais em mais de 100 países, empregando milhares de pessoas, sem cessar “de alastrar-se por nichos mercadológicos. O chamado marketing mix complementa seus serviços a clientes multinacionais e nacionais” (MORAES, 1999, p. 4) em uma disposição altamente concentradora em termos de mercados e de receitas.

PAÍS DO GRUPO EMPRESARIAL/AGÊNCIA (1)	INVESTIMENTO R\$ (000)
US	31.279.106,00
BR - Agências Independentes (2)	22.287.330,00
FR	13.905.168,00
UK	4.526.039,00
Total Geral	71.997.643,00

Tabela 2 – Procedência por país da sede do grupo empresarial com ascendência sobre as agências presentes no Ranking de agências Kantar Ibope Media – 2017

(1) Elaborado por Carvalho (2019) com base principalmente nas fontes a seguir.

Fonte: Ranking de Agências - Janeiro a Dezembro 2017 - Kantar Ibope Media

Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/mais-de-60-mil-anunciantes-investiriam-em-publicidade-no-brasil-em-2017/>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

Global Agency Network Map 2017 - M&M Global

Disponível em: <<http://mandmglobal.com/global-agency-network-map-2017/>> Acesso em: 25 mai. 2018

(2) Sem a identificação de vínculo com o exterior.

A tabela 2 exibe uma grande ascendência dos Estados Unidos, representando 43,4% dos recursos captados por agências brasileiras com algum grau de afiliação com grupos estrangeiros. Sobre o assunto, Moraes (1999) relata que

a maioria das grandes agências está baseada nos Estados Unidos da América, operando globalmente através de extensas redes de filiais e coligadas. Estes conglomerados publicitários generalizam estratégias persuasivas, em sintonia com as exigências de macromercados. Para tanto, as holdings reconfiguram-se por intermédio de fusões, acordos, aquisições e diversificação de serviços. Elas centralizam as funções de decisão, os investimentos e os planos de inovação, ao mesmo tempo em que coordenam a dispersão das atividades de suas subsidiárias. O ponto nodal consiste em montar estruturas logísticas capazes de administrar, com desembaraço criativo, campanhas de marcas globais (p. 1).

A tabela 3 confirma o destaque da cidade de Nova York, encabeçando o comando americano, superando outras cidades internacionais e as agências brasileiras sem vínculo identificado com o exterior. Se computarmos somente as cidades estrangeiras da tabela, Nova York responde por 49,8% da relativa ascendência sobre as agências presentes no Ranking Kantar Ibope Media.

CIDADE-SEDE DO GRUPO EMPRESARIAL/AGÊNCIA (1)	INVESTIMENTO R\$ (000)
Nova York	24.753.346,00
Cidades brasileiras (2)	22.287.330,00
Paris	13.905.168,00
Chicago	5.399.399,00
Londres	4.526.039,00
Portland	686.742,00
Miami	439.619,00
Total	71.997.643,00

Tabela 3 - Procedência por cidade da sede do grupo empresarial com ascendência sobre as agências presentes no Ranking de agências Kantar Ibope Media – 2017

Notas:

(1) Elaborado por Carvalho (2019) com base principalmente nas fontes a seguir.

Fonte: Ranking de Agências - Janeiro a Dezembro 2017 - Kantar Ibope Media

Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/mais-de-60-mil-anunciantes-investiriam-em-publicidade-no-brasil-em-2017/>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

Global Agency Network Map 2017 - M&M Global

Disponível em: <<http://mandmglob.com/global-agency-network-map-2017/>> Acesso em: 25 mai. 2018

(2) agências brasileiras independentes (sem a identificação de vínculo com o exterior).

Finalmente a figura 1, reflexo das tabelas anteriores, reúne as metrópoles de São Paulo e Nova York, trazendo também o núcleo metropolitano do Rio de Janeiro na composição da esquematização exibida.

Do ponto de vista da rede urbana brasileira, as matrizes americanas, em nosso diagrama: empresas de publicidade nova-iorquinas, apresentam um braço avançado no Brasil, reunindo afiliadas ou associadas sediadas, de modo especial, em São Paulo (SP). A cidade do Rio de Janeiro, ao seu turno, representa uma das localidades vinculada ao comando das agências paulistanas.

Os pontos ao lado do nome das cidades simbolizam o conjunto de tecnosferas existentes e o círculo pontilhado **(a)** a psicofera gerada a partir da metrópole paulistana em âmbito nacional. A influência mundial (psicofera) de Nova York não foi demarcada nessa esquematização.

O sentido dos fluxos caminha partindo das hierarquias urbanas consideradas como superiores. Em nossa representação de Nova York para São Paulo, sendo, na sequência, redistribuída para outros municípios brasileiros como o Rio de Janeiro (RJ) presente na ilustração. A largura das setas busca traduzir esta classificação, sendo que a noção de superioridade procura considerar elementos como concentração de empresas parceiras nas cidades destacadas, o potencial de realização de negócios em escala mundial, em uma relação de ascendência presumida segundo a disposição apresentada. Essa hierarquização reflete o posicionamento privilegiado

da metrópole de São Paulo na rede urbana brasileira.



Figura 1 – Fluxos hierárquicos, associados aos conceitos de tecnosfera e psicofera, do ponto de vista da metrópole de Nova York em relação à rede urbana brasileira, considerando a atividade publicitária e o protagonismo nacional da metrópole de São Paulo

Fonte: Organizado por Carvalho (2019) com base no par conceitual tecnosfera e psicofera (SANTOS, 1999) e nas fontes principais Kantar IBOPE Media – Advertising Intelligence - Releases 17/04/2018

Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/mais-de-60-mil-anunciantes-investiriam-em-publicidade-no-brasil-em-2017/>>. Acesso em: 24 mai. 2018 e MMG Global-Agency-Network-Map - M&M GLOBAL STAFF

Disponível em: <<http://mandmglobal.com/global-agency-network-map-2017/>>

Acesso em: 25 mai. 2018.

Em referência à expressividade da imagem da figura 1 delineando o viés polarizador de São Paulo, com a predominância das atividades imateriais em um ambiente de nova economia (STORPER, 1997; SCOTT, 1998), vemos também indicado no legado de Milton Santos a compreensão de que

[...] São Paulo passa a ser a área popular do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses. Esse é um fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil (2013, p. 59).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta perspectiva, como síntese das reflexões deste trabalho, procuramos aclarar o diálogo entre as práticas publicitárias no contexto das imaterialidades inerentes à psicofera ou psicoferas que prevalecem no universo das empresas

da publicidade.

Por outro lado, a concretude que se expressa no conjunto de elementos da tecnosfera publicitária foi aqui tematizada reafirmando o destaque pertencente à metrópole de São Paulo, na medida em que a sua urbe reúne os elementos da materialidade consorciada dialogicamente com uma psicofera de alcance nacional que ao mesmo tempo atrai para si os fluxos mundiais de grandes holdings publicitárias, articuladas em megacidades como Nova York, conforme buscamos evidenciar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio recebido pelo IBGE viabilizando a pesquisa em andamento e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em especial pela orientação do Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro.

REFERÊNCIAS

- ABAP, Associação Brasileira de Agências de Propaganda. **História da Propaganda Brasileira**. São Paulo: Editora Talento, 2005.
- ANTONGIOVANNI, Lídia Lúcia. **O Meio Técnico-Científico-Informacional Brasileiro**: a publicidade como um vetor das modernizações. Dissertação (mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 1999.
- ARROYO, Mónica. São Paulo e os fluxos internacionais de mercadorias: a espessura de uma região metropolitana. In: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. de (orgs). **Geografias de São Paulo**: a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 85-103.
- AUCAR, Bruna Santana. **A publicidade no Brasil**: agências, poderes e modos de trabalho (1914-2014). Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2016.
- BARBOSA, Ivan Santo. Sistema Publicitário e Produção Ideológica. In: XXI – **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM**, 1998, Recife-PE, 1998, não paginado.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores y Ciudadanos**: Conflictos Multiculturales de la Globalización. Mexico: Grijalbo, 1995.
- CARVALHO, Ronaldo Cerqueira. Padrões espaciais das empresas na rede urbana brasileira: uma trajetória rumo ao global. In: **Anais... XV SIMPURB**, Salvador, Anais do Simpósio, 2017.
- CARVALHO, Ronaldo Cerqueira; MOTTA, Marcelo Paiva. Padrões espaciais dos serviços avançados de apoio às empresas na rede urbana brasileira. In: FIGUEIREDO, A. H. (Org.). **Brasil**: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, p. 101-118.
- DIAS, Leila Christina. Redes de informação, grandes organizações e ritmos de modernização. **Etc, espaço, tempo e crítica** (UFF), v. n.2,v1, p. 1-4, 2007.

FGV-EAESP/GVpesquisa. **Relatório de Pesquisa nº 37/2004**. Disponível em: <<https://>

bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3059/P00304_1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **REGIÕES de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: out. 2015.

_____. **GESTÃO do território** 2014. Rio de Janeiro, 2014. 118 p.

KAHIL, Samira Peduti. Psicofera, uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22(3), 2010, pp. 22-35.

KANTAR, Ibope e Media. Mais de 60 mil anunciantes investiriam em publicidade no Brasil em 2017. Releases 17/04/2018. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/mais-de-60-mil-anunciantes-investiriam-em-publicidade-no-brasil-em-2017/>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

KON, Anita. **Nova economia política dos serviços**. São Paulo: Perspectiva – 1.ed., 2015.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes. 5 ed. rev. e ampl., 2010.

MORAES, Dênis de. A dinâmica da publicidade transnacional. **Ciberlegenda**, Issue 2, 1999.

M&M GLOBAL STAFF. Disponível em: <http://mandmglobal.com/global-agency-network-map-2017/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz; CUSTÓDIO, Leonardo. Brazil: Patrimonialism and Media Democratization. In: **Mapping BRICS Media**. Edited by NORDENSTRENG, Kaarle; THUSSU, Daya, London: Routledge, 2015, p. 109-125.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e Espírito: O Poder (Des)Organizador dos Meios de Comunicação. In: PIQUET, R. & _____. **Brasil, Território da Desigualdade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1991, p. 44-55.

_____. A voracidade do poder: dimensões do território usado. Conferência ministrada durante o **Colóquio de Pesquisa O Tamanho do Brasil: território de quem – Rio Claro (SP)**, 18 set. 2007 (texto inédito).

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. Transformações na Rede Urbana: o Exemplo da Amazônia. **Revista do Departamento de Geografia Geouerj**, Rio de Janeiro, p. 23-28, 1997, pp. 23-28.

SANTOS, Milton. A Totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. In: SANTOS, M. **Economia Espacial**. São Paulo: Editora Hucitec, 1977, p. 31-43.

_____. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: _____. ; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROIO, Monica (org.). **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994a, pp. 15-22.

_____. **Técnica Espaço Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994b.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**. O caso de São Paulo, São Paulo, HUCITEC, 1994c.

_____. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3ª ed. São. Paulo: HUCITEC, 1999. 384 p.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – 5. ed., 3. reimpr., 2013.

SCOTT, Allen J. **Regions and the world economy**: the coming shape of global production, competition and political order. Oxford; New York: Oxford University Press, 1998. 177 p.

SERVIÇOS avançados de apoio às empresas. In: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **GESTÃO** do território 2014. Rio de Janeiro, 2014. p. 98-99.

STORPER, Michael. **The regional world**: territorial development in a global economy. New York: Guilford, 1997. 338 p.

STRAUBHAAR, Joseph. Brazil: the Role of the State in World Television. In: MORRIS, Nancy; WAISBORD, Silvio (eds). **Media and Globalization**: Why the State Matters. Lanham: Rowman & Littlefield, 2001, p. 133-153.

A RESISTÊNCIA DO LUGAR COMUM DO CARNAVAL DE RUA ATRAVÉS DOS BLOCOS NÃO-OFICIAIS

Data de aceite: 04/05/2020

Data de submissão: 13/03/2020

Rafael Pereira Nunes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/8876478693509468>

“Isto porque o futuro do “homem” não se descobre no cosmo, nem no povo, nem na produção, mas na sociedade urbana. Da mesma forma que a arte, a filosofia pode e deve ser considerada em função dessa perspectiva” (Henri Lefebvre, 2015)

RESUMO: O texto apresenta diversas características do carnaval de rua, do passado e do presente, que se manifestam através dos blocos alternativos ou não oficiais, propondo debater essas demonstrações através de conceitos e concepções geográficas urbanas. Os elementos apresentados vão se desenvolver numa luta permanente dos blocos pelo direito aos espaços públicos para a ocupação cultural, seja através de cortejos ou seja através dos bailes carnavalescos, levando em consideração as relações subjetivas; de

identidades, representatividades e significações na construção do lugar comum. Por outro lado, o artigo também analisa as imposições do poder público, ao longo dos últimos anos, na tentativa de impor um controle sobre os blocos de conjunto, oficiais ou não, e as respostas dadas por eles a essas determinações. Por fim, as limitações e contradições inseridas nesses processos de disputas, de mediações e de rupturas.

PALAVRAS-CHAVE: carnaval; bloco; cultura; cidade; decreto

THE RESISTANCE OF THE COMMON PLACE OF THE STREET CARNIVAL THROUGH THE UNOFFICIAL BLOCKS

ABSTRACT: The text presents several characteristics of street carnival, past and present, which are manifested through alternative or unofficial blocks, proposing to debate these demonstrations through urban geographical concepts and concepts. The elements presented will develop in a permanent struggle by the blocks for the right to public spaces for cultural occupation, either through processions or through carnival balls, taking into account subjective relationships; of identities, representations and meanings in the

construction of the common place. On the other hand, the article also analyzes the impositions of the public power, over the last few years, in an attempt to impose a control over the group blocks, official or not, and the answers given by them to these determinations. Finally, the limitations and contradictions inserted in these processes of disputes, mediations and ruptures.

KEYWORDS: carnival; block; culture; city; decret

INTRODUÇÃO

O carnaval é o evento de maior atrativo de público na cidade do Rio de Janeiro. Em 2018, segundo a Riotur, o evento bateu o recorde de participação em 6 milhões de foliões, dos quais 1,5 milhão eram turistas, nacionais e internacionais. O recolhimento de R\$ 3,5 bilhões em recursos superou os R\$ 3 bilhões de 2017, demonstrando a centralidade do carnaval para o desenvolvimento econômico da cidade. Outro dado importante, divulgado também pela Riotur, é o financiamento privado, através de patrocínios, onde foi empregue, pela primeira vez, a receita recorde de R\$ 38.5 milhões para o custeio de 3.375 agentes para aumentar a segurança. O total de blocos autorizados ficou em 464, sendo 101 desfilando pelo Centro, 99 pela Zona Norte, 38 na Barra da Tijuca e outros 45 ao longo da Zona Oeste. Esses dados apresentados corroboram com outros elementos apontados neste trabalho, sobre a problemática da disputa de concepção de carnaval, principalmente o que se manifesta de forma livre nas ruas. Queremos, nesse sentido, debater elementos de contraposições entre as determinações do poder público e os interesses dos blocos, principalmente os não oficiais ou alternativos. Através dessa disputa, pelos espaços e a vida urbana, discorrer sobre as imposições do mercado no carnaval, que se apropria dos signos da cidade para a manutenção do “estados das coisas”, se utilizando das esferas públicas e das instituições normativas. Ao analisarmos com atenção os dados apresentados pela Riotur, observaremos elementos que aparentemente são positivos, mas que escondem a veracidade dos modos de produção capitalista, que alienam por inteiro as compreensões dos indivíduos e, inquirindo sobre o carnaval, a própria relação do folião com a criação, o lugar, o convívio e com ele próprio. Nessa lógica, debater neste trabalho a própria submissão dos blocos oficiais aos interesses privados e a falta de resistência a propostas e decretos que em nada tem a ver com o que conhecemos como carnaval. Como objetivo principal interpretar os blocos alternativos, as motivações que reúnem milhares de pessoas em manifestações culturais contra-hegemônicas, as transformações espaciais pelos blocos em lugares comuns, os processos de territorialização e de enfrentamentos radicais contra as tendências dominantes. Por outro lado, debater as limitações das escalas, do perfil social e da limitação

da pauta e ainda as contradições das próprias influências mercadológicas que se infiltram por dentro dos blocos.

A AUTENTICIDADE DO CARNAVAL MANIFESTADA PELOS BLOCOS ALTERNATIVOS

Quando indagamos qual é a maior festa da Cidade do Rio de Janeiro, surge de imediato uma representação através do nome Carnaval, em nossas cabeças. Escrever sobre o carnaval de forma mais genérica, passando pelas escolas de samba, o carnaval de rua ou até um pequeno bloco, é saber que toda a dimensão dos testemunhos ocorridos não caberá nos papéis. Qualquer esforço, por maior que seja, será apenas uma versão dos fatos, repertórios inacabados, o que também não diminui a importância de trazer não apenas as lembranças, mas várias problemáticas envolvidas, pois o carnaval, assim como outras grandes manifestações culturais, como o futebol, vai dizer muito da nossa construção e organização como sociedade. Nesse sentido, conceitos como identidade, lugar e espaço, entre outros, de caráter objetivo e subjetivo, pulsam descontroladamente nas narrativas carnavalescas, em disputas permanentes de concepções de cidade envolvendo diversos atores, uns com comportamentos dominadores e outros, ao mesmo tempo, pensando de forma livre. Comportamentos dominadores, se pensarmos como os agentes do capital tem pensado o funcionamento da cidade, onde tudo que pode virar mercadoria, já sai com controle e valor de troca para ser consumido, e tudo o que não pode ser fonte de lucro, passível de destruição. Como caracteriza Vainer (2011, p.3) “a atitude estratégica adotada pelos setores hoje dominantes supõe, sugere, depende, antes de mais nada, de uma estratégia de poder”. E, por outro lado, os foliões, principalmente dos que fazem parte do que vulgarmente nos acostumamos chamar de blocos alternativos. Muitos que dedicam a vida ao carnaval e até outros que não tem nenhum compromisso além de festejar os dias de folia. São os foliões a maior representação do carnaval, pois essa manifestação só existe e tem sentido através da intensa relação sociocultural que esses desempenham. Deste modo, carnaval é talvez o fenômeno mais democrático de expressão cultural, pois numa apresentação artística, de um modo geral, os artistas são os protagonistas, enquanto o público: passivo, ouvinte e observador. Assim também é no futebol, onde o espetáculo vai se tornando cada vez mais fechado e elitizado, pois como aponta Mascarenhas (2013, p.145) “para garantir a plena realização da mercadoria, vem sendo imposto um crescente aparato normativo que visa eliminar ou subjugar práticas e usos populares, em favor de comportamentos mecânicos e dirigidos, voltados para o consumo passivo”. Mas até mesmo nas melhores fases, onde

as torcidas praticamente entravam em campo, com os estádios maiores e mais acessíveis, já existiam mecanismos antidemocráticos e de controle dos “excessos” das torcidas, pois essas acabavam levando elementos do próprio carnaval para dentro dos estádios, com grupos de torcedores cumprindo tarefas completamente festivas. Tanto no carnaval, como no futebol, como em outras atividades com participação expressiva da população é importante, como caracteriza Mascarenhas (2013), a reflexão sobre em que medida as mudanças em curso são expressões de um movimento mais amplo que se passa na cidade contemporânea.

No carnaval, diversos foliões cumprem os mais diferentes papéis. Temos a presença de artistas circenses e pernaltas, de músicos com os mais variados e até inusitados instrumentos. Os fotógrafos registram os melhores momentos dos cortejos, os organizadores pensam os trajetos, fazem as negociações com as autoridades locais e ainda ajudam na harmonia do conjunto e, entre outros personagens e, acima de todos, e, sendo todos ao mesmo tempo, o folião, que cumprindo ou não uma tarefa mais específica representa o todo com suas fantasias, de formas originais e divertidas, que acabam por promover valores simbólicos e de representações do nosso próprio cotidiano e das experiências culturais, sociais e políticas de nossas vidas. É comum observarmos várias fantasias levadas aos blocos terem destaques nos jornais ou viralizarem pela internet. Tudo de uma forma genuinamente autêntica, pois é o momento que, ao contrário do que todos pensam, de forma simbólica, deixamos as máscaras em casa e saímos livres para as ruas, de forma coletiva, para sermos todos protagonistas de uma grande ocupação de cidade, de vários espetáculos comuns à nossa percepção acontecendo de forma simultânea, onde uma série de lugares vibram em euforia. Aquele momento que nenhum tipo de registro pode dar conta da dimensão do deslumbramento, da possibilidade de perda total da noção do tempo e do espaço, onde tudo acontece na elevação do que percebemos como uma verdadeira catarse social.

Os blocos ditos alternativos também têm as suas idealizações, como a liberdade, a autenticidade, a espontaneidade, a ludicidade e a subversão, e carregam a noção de desprogramação, pois rompem com um modelo de forma intencional para formatar uma outra proposta, de forma e experiência coletiva. No caso do Cordão do Boi Tolo, o maior e mais reconhecido entre esses tipos de blocos, o princípio de “nunca pagar e nunca receber” norteia a auto-organização e o mantém completamente afastado de quaisquer interesses financeiros. São essas ideias concebidas que protegem os agrupamentos de qualquer infiltração ou imposição que desvirtue esses princípios. Percepções que acabam sendo passadas nos convívios diários, nas reuniões organizativas, nas oficinas musicais, nos eventos, nos desfiles e, agora, principalmente nas redes sociais e grupos de aplicativos de mensagens. Características que nos colocam a necessidade de reflexão da própria

ideia de carnaval, pois se são os blocos alternativos que carregam as propostas mais autênticas, o que se manifesta de diferente no carnaval oficial e padrão? Mais ainda, qual a necessidade de se ter um evento alternativo, se a construção cultural dessa manifestação sempre foi historicamente transgressora, originalmente a igreja, através das disputas com a quaresma e na atualidade ao trabalho e ao excesso de leis e regulamentações.

A LUTA PELO DIREITO À CIDADE ATRAVÉS DOS BLOCOS ALTERNATIVOS

Muitos blocos oficiais e alternativos possuem características comuns, que atraem tanto para um, quanto para o outro, milhares de foliões que se sentem contemplados nos seus desejos e expectativas. As grandes diferenças estão em aceitar ou não uma pasteurização que vem sendo forjada sucessivamente no Rio de Janeiro, por governos das esferas municipal e estadual, mas principalmente na administração pública municipal, através de portarias, decretos e legislações que cada vez mais impõem amarras ao carnaval de rua, gerando uma crescente insatisfação na maioria dos blocos, até mesmo os oficiais. Um processo que se encaixa num modelo de cidade rentista, padronizada e utilitarista ao capital privado, onde elementos subjetivos, de identidades culturais, do carnaval de rua, acabam por se tornar um empecilho ao controle de comportamentos sociais. É necessário, não apenas o domínio territorial pelos grandes investidores, mas de todas as manifestações que possam colocar em xeque a credibilidade e a força de certos padrões de consumo e de condutas. Segundo Vainer (2011, p. 6) “na cidade não há lugar para ideologias, nem políticas, há apenas interesses. Na verdade, há apenas um único, verdadeiro, legítimo interesse: a produtividade e a competitividade urbanas”. Nesse sentido, os elementos ideológicos e de propaganda infligem diretamente no carnaval, onde a cidade se massifica num enorme mercado consumidor de atrativos e, principalmente, de produtos alimentícios e de bebidas. Observamos, assim, propagandas oficiais, com a chancela da Prefeitura, em todos os blocos oficiais da cidade, numa demonstração incontestável da orientação do nosso maior evento cultural para os interesses do mercado.

Como aponta Lefebnavre (2015, p.69)

É assim que a publicidade para os bens de consumo se torna no principal bem de consumo; ela tende a incorporar a arte, a literatura, a poesia, e a suplantá-las ao utilizá-las como retóricas. Torna-se assim a própria ideologia dessa sociedade, cada “objeto”, cada “bem” se desdobra numa realidade e numa imagem, fazendo esta parte essencial do consumo. Consome-se tanto signos quanto objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica, etc. a produção desses signos se integra na produção global e desempenha um papel integrador fundamental em relação às outras atividades sociais produtivas ou organizadoras.

Infelizmente, mesmo com uma ampla insatisfação, os blocos oficiais permanecem sob a guarda do poder público, pela dependência de verbas públicas e patrocínios privados. Organizados em associações carnavalescas, acabam tendo seus desfiles subjugados as normas da Prefeitura, que acaba enquadrando-os aos seus interesses, principalmente de imposição do marketing privado nos desfiles. Podemos citar, como exemplos de normatizações que interferem no carnaval de rua, o último decreto municipal, do prefeito Marcelo Crivella, de 12 de Janeiro de 2018 que “Institui a *Macrofunção Carnaval Mais Legal*, para fins do amplo disciplinamento das atividades desenvolvidas no Carnaval e do licenciamento de atividades econômicas em área pública e eventos de Carnaval de Rua no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.” Um decreto que trata o carnaval de rua como importância da esfera privada e que protege os investidores e patrocinadores oficiais de qualquer prejuízo, como apontam diversos tópicos da justificativa que compõe o texto do decreto, dos quais podemos citar as seguintes passagens: “prevenir possíveis prejuízos aos patrocinadores, de modo que se valorize o suporte financeiro que estes proporcionam para o custeio da infraestrutura geral do carnaval de rua no interesse da coletividade”. E ainda, “possibilidade de ocorrência, durante o período do Carnaval, de práticas comerciais, ações promocionais e publicitárias irregulares, não autorizadas pelo Poder Público, trazendo insegurança jurídica para os patrocinadores oficiais do Carnaval carioca”. O decreto expande o reconhecimento do carnaval de rua também aos blocos “voluntários, não ordenados, sem fins lucrativos e de caráter festivo”, o que de certa forma acaba por enquadrar os blocos alternativos, mas ao mesmo tempo autoriza o uso de publicidade e cede a autorização do comércio ambulante aos patrocinadores oficiais do evento, mantendo o monopólio de venda de uma marca de cerveja. Nesse sentido, temos uma apropriação fortíssima do carnaval de rua, oficial ou não, que acaba sendo ofertado para a publicidade do capital privado, além da imposição do monopólio de venda de produtos, no caso a cerveja, que obriga os foliões a se submeterem a uma prática pela qual demonstram rechaço. Para Pires (2015, p. 290) “a desregulamentação e a liberação dos mercados formam parte do conjunto de medidas neoliberais globalizantes”. Nesse sentido, como resposta, tem sido recorrente a proteção dos blocos alternativos aos ambulantes, principalmente os que vendem as marcas de cervejas que agradam mais, o que as vezes leva os foliões ao enfrentamento com agentes da Guarda Municipal, como ocorreu na tarde de Domingo de 03 de Janeiro de 2016, quando da “Abertura Não Oficial do Carnaval”, o Cordão do Boi Tolo, ao fazer um cortejo que se transformou num grande baile em frente ao edifício da Câmara dos Vereadores, agentes da guarda abordaram de forma truculenta os ambulantes, o que ocasionou um enorme confronto quando os foliões se colocaram na defesa dos vendedores. A Praça

se transformou num campo de batalha onde algumas pessoas acabaram saindo feridas e outras detidas. Para responder as agressões, no dia 14 de janeiro, o Cordão do Boi Tolo, em conjunto com várias fanfarras e blocos alternativos, realizou dois atos de protestos contra a violência da Guarda Municipal, o que ocasionou, com pressão popular, o afastamento do comandante da corporação.

Uma queda de braço permanente coloca de um lado, os blocos, que podem ser entendidos como parte dos movimentos sociais de luta pela cidade, e do outro, os governantes, que representando interesses corporativos, entram em contradições e crises permanentes para manter suas bases populares de apoios e, ao mesmo tempo, controlar o carnaval de rua, pois, os blocos, por integrarem um grande setor de classe média, com uma grande rede de influências e de formação de opiniões, acabam por impor uma forte correlação de forças, que pressionam os gestores fazendo com que sofram importantes derrotas e recuos nas tentativas de maior gerenciamento e comercialização do carnaval de rua. Podemos aferir, que se trata de uma luta permanente pelo direito à cidade, onde observamos momentos de maiores e menores acirramentos. Nesse processo de enfrentamentos e de luta pelo carnaval livre, fez surgir em 2009 a “Desliga dos Blocos”, que organiza um evento anual com várias agremiações, denominado “Bloqueata da Desliga”, que promove a “Abertura do Carnaval Não Oficial” todos os anos na Praça XV, reunindo milhares de pessoas. A criação da Desliga se deu, originalmente, para pedir o direito de os blocos pequenos saírem livremente no carnaval, independente de licenças e autorizações e, durante o curso, para se contrapor ao decreto N° 32664 de 11 de agosto de 2010, do governo de Eduardo Paes. Neste processo foi lançado ainda pela Desliga dos Blocos um “Manifesto Momesco” para somar e fortalecer os protestos. Entre as exigências absurdas da Prefeitura se destacavam imposições penosas de obrigações para autorizações dos desfiles, tempo de duração máxima de quatro horas para os cortejos, entre outras ordens. Posteriormente, outros decretos foram publicados criando ainda mais determinações para os desfiles, o que acabou impossibilitando ou encarecendo os desfiles oficiais. Já, os blocos alternativos, vão se fortalecendo a cada ano com o crescimento numérico de foliões em seus desfiles, com a criação de novos grupos e oficinas de instrumentos de percussão e sopro, e, ainda promovendo outros eventos, fora do período de carnaval, como festas juninas e rodas de samba. Com isso, a Desliga dos Blocos não luta mais apenas pelo direito dos blocos pequenos desfilarem, mas também pelos próprios blocos alternativos, que cresceram e se tornaram uma referência do carnaval na cidade, de desfilarem sem nenhuma amarra. Uma grande vitória, que veio desse processo e com as pressões exercidas pelos movimentos do carnaval livre, foi a proibição, por decreto municipal, de cordas comerciais nos desfiles carnavalescos da cidade. O decreto N°36760 de 05 de fevereiro de 2013 estabelece que “fica

proibida, na Cidade do Rio de Janeiro, a delimitação de espaços, por meio de cordas e/ou seguranças (“áreas privadas”), pagos ou não, nos desfiles de blocos ou bandas de rua e nos ensaios carnavalescos de rua”. Sabemos que muitos blocos comerciais burlam essas normas criando, inclusive, camarotes móveis, que ficam instalados em gigantescos trio elétricos, mas a resistência dos foliões, apoiados na tradição do carnaval de rua e com referências nos blocos alternativos tem impedido que o Rio siga o modelo do carnaval de Salvador. São, de certa forma, “impeditivos” importantes para proteger este lugar comum dos blocos alternativos, pois, como coloca Harvey (2014, p.140) “a produção e o cercamento de espaços não mercantilizados em um mundo implacavelmente mercantilizador é seguramente algo positivo”. Aqui, podemos conceber as conquistas de normas jurídicas e legislativas como uma importante vantagem e exemplo desse cercamento protetivo. Uma luta que tem avanços e retrocessos, bastante conjuntural, medida pela intensidade que os blocos conseguem se impor na cidade e, por outro lado, as imposições dos interesses do mercado, que quanto mais se tornam antagônicos, maior número de choques ocorrem. Ainda Harvey (2014, p.144) “a luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos tendo em vista um objetivo comum está em curso”.

Certa tolerância do poder público aos blocos não oficiais pode ser analisada por duas vertentes. Uma que é a apropriação parcial desses cortejos, um aproveitamento dessas manifestações para vender uma imagem comercial do próprio carnaval, onde todos os ideários do carnaval livre estariam a disposição do poder público para a própria divulgação das diversidades do evento, afinal, milhares de turistas e foliões locais se movimentam atraídos por esses blocos, demonstrando uma pertinente importância econômica. Seriam mais imagens vendidas da cidade através de representações artificiais, onde dificilmente haveria algum tipo de questionamento ou contestação, ajudando a promover o balanço positivo do carnaval como um todo, o sucesso dos gestores públicos e o melhor, sem precisar gastar nenhum recurso com esses complexos e expressivos desfiles. Acrescentemos ainda as disseminações ideológicas propagadas todos os anos de um sentimento de cidade democrática, inclusiva, diversa e tolerante. De acordo com Vainer (2000, p.81) “a venda da imagem de cidade segura muitas vezes vai junto com a venda da cidade justa e democrática”. Outra questão, é próprio termômetro da correlação de forças. Debatíamos que os blocos alternativos, quando menos expressivos, sofriam maiores repressões e que quando foram aumentando em número de desfiles e de foliões acabaram conseguindo se impor com mais ímpeto. É simples pensar que qualquer repressão mais frontal aos blocos, no meio de uma festividade, conduziria a consequências penosas para o governo ter que responder, como também poderia gerar um aumento substancial de rejeição popular.

Uma tentativa de cerceamento dessas liberdades de manifestações tem partido

de iniciativas sucessivas do deputado estadual, Flávio Bolsonaro, reconhecido pelas suas posturas ultraconservadoras, de tentar revogar o decreto Nº 45.551/2016, de 25 de janeiro, de autoria do governador Luiz Fernando de Souza, o “Pezão”, que flexibiliza a necessidade de autorização do corpo de bombeiros, da polícia militar e polícia civil para a realização de desfiles. Como principal argumento diz que “a “flexibilização” permitida acabou por ensejar a possibilidade de que eventos que reuniram milhares de pessoas tenham ocorrido sem qualquer conhecimento e planejamento prévios de parte das Polícias e Corpo de Bombeiros, obviamente com grande risco para participantes, transeuntes e moradores das áreas envolvidas”. Com isso, tenta retroceder ao decreto anterior, já revogado, que trata os desfiles de bloco de carnaval como de interesse das forças de segurança e controle policial. Em outra parte do texto afirma que “com a liberação foi o Executivo fluminense na contramão dos interesses da sociedade, trazendo descontrole para a organização de evento tão caro para a cultura do povo fluminense e para a atividade turística no Estado”. A cultura do carnaval é completamente antagônica a uma proposta que cria mais amarras e controles para a festa, principalmente envolvendo forças policiais e militares, o que só é aceitável nos blocos através das fantasias. Um contrassenso, ademais, apontar a organização dos blocos como um possível inconveniente ao turismo, dado que um número expressivo dos participantes dos blocos, principalmente os alternativos, é de turistas de outros estados e de outros países, que viajam todos os anos ao Rio de Janeiro para desfilarem no carnaval de rua.

Podemos certificar que os blocos alternativos, em mais de dez anos, tem sido responsáveis e, muitas vezes, protagonistas, na luta pelo direito à ocupação do espaço público pelo cidadão, de forma autônoma, artística, espontânea e livre, o que tem possibilitado a construção de uma consciência coletiva de utilização da cidade, mesmo estando focado apenas no carnaval, pois os problemas políticos, econômicos e sociais, acabam similarmente se manifestando em todas as esferas da sociedade. Nesse sentido, podemos dizer que temos, de forma recorrente, a presença dos “foliões ativistas” ou “foliões cidadãos”, com consciência social, ambiental e política.

A OCUPAÇÃO RESSIGNIFICADA DO LUGAR COMUM PELOS BLOCOS EM PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E DISPUTAS

A relação dos blocos de carnaval, de um modo geral, tanto os oficiais quanto os alternativos, com diferentes locais da cidade, é sempre de muita afinidade. Existe um forte sentimento de pertencimento aos diferentes lugares onde os blocos

se concentram ou transpassam, que promove construções de identidades e de significados. Os foliões sentem-se vinculados a um acontecimento cultural de muita afinidade, de relações sociais autodefinidas e maleáveis, que transformam o espaço conhecido em outro tipo de apropriação, simbólico e funcional, territorializando através de uma construção de identidade social, um espaço de *comunalização*.

De acordo com Harvey (2014, p.145)

o princípio de que a relação entre o grupo social e o aspecto do ambiente tratado como um comum será tanto coletiva quanto não mercantilizada – para além dos limites da lógica das trocas e avaliações de mercado.

Os blocos de carnaval talvez sejam os maiores responsáveis por impulsionarem a maior atividade cultural de valorização dos objetos fixos da cidade, que parecem combinar com todas as aparências e formas dos blocos, promovendo uma relação interativa de pessoas com os locais previamente escolhidos, assimilados e valorizados. Assim ocorre quando ocupam a Praça XV, com todas aquelas cores, movimentações, fantasias e confraternizações, algo que não pode ser dimensionado por valores comerciais.

O Cordão do Boi Tolo, nasceu exatamente na Praça XV, no ano de 2006, mais exatamente na Rua do Mercado, quando o Cordão do Boi Tatá desmarcou seu desfile oficial, deixando diversos foliões ignorados. Já são doze desfiles nos dias de carnaval, outros em aberturas não oficiais e ainda alguns cortejos em outras atividades culturais, como a festa junina do Boi. A relação desse bloco com diferentes tipos de objetos, paisagens, praças, ruas e monumentos é aproximada, podendo inclusive conformar em muitos momentos uma paisagem cultural. Segundo Di Méo (2001), conforme citado por Almeida (2013), “esse simbolismo festivo identifica e qualifica os lugares, os sítios, os monumentos, as paisagens e os lugares ordinários. Ritos e cerimônias destacam as ações dos grupos locais sobre o espaço da festa”. Mais que uma geografia concreta, Almeida (2011) “afirma que a festa engendra e constitui uma geografia simbólica e o espaço é revestido de uma dimensão mítica”. As paisagens festivas emergem segundo as experiências e as percepções de cada indivíduo. Um exemplo da relação dos blocos com os símbolos da cidade, foi o desfile de abertura do carnaval não oficial, do dia 4 de janeiro de 2015, quando antecipando as comemorações pelos 450 anos da Cidade do Rio de Janeiro, o Boi Tolo resolveu que subiria o Morro do Castelo. Boa parte dos foliões ficaram sem entender o que se passava, já que o monte havia sido demolido no início do século passado. Ao chegar no local foi uma grande surpresa para muitos ainda existir uma parte da Ladeira da Misericórdia, local onde a Cidade do Rio de Janeiro nasceu, que acabou tomada pelos foliões que tocaram e cantaram “Cidade Maravilhosa”, tradicional hino da Cidade e de abertura e fechamento de muitos blocos. Algumas vezes, de forma completamente ousada, tanto o Bloco Secreto,

cujo nome é modificado anualmente, como o Cordão do Boi Tolo, ocuparam os saguões do Aeroporto Santos Dumont, promovendo uma grande festa. Em outra ocasião, não menos polêmica, o Boi ocupou o terraço do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e o Bloco Secreto, por sua vez, realizou o último baile de despedida da Perimetral. Podemos citar ainda a relação desses blocos com as praças públicas, que se tornaram espaços tradicionais e afetivos para desfiles, bailes e ensaios, como a Praça Paris na Glória, a Nova Praça Mauá, que teve a sua inauguração também pelos blocos, marcando posição na ocupação do local, a Praça Tiradentes e ainda a Praça XV, palco de nascimento de blocos e ponto de encontro com os foliões e blocos que vem de Niterói, através das barcas, promovendo empolgantes bailes flutuantes. Outro lugar, de muita afinidade, é a Ilha de Paquetá. Suas características culturais, paisagísticas e bucólicas acabam criando um vínculo com as próprias particularidades dos blocos. É comum, inclusive, fantasias de marinheiro, João Candido, lemanjá, boto, pirata, entre outros, que façam alusão ao mar, as embarcações e a própria ilha. Bem recentemente, em 11 de fevereiro de 2017, criou-se mais um bloco alternativo, chamado Boto Marinho, para fazer o trajeto Praça XV – barcas – Paquetá.

Outra importante característica dos blocos, que traz valores simbólicos e de representações são algumas músicas tocadas nos cortejos, que acabam criando, de forma coletiva, comportamentos culturais. Podemos citar o ano memorável, para muitos foliões, do desfile do Boi Tolo que ficou marcado pela música “Carinhoso”, quando de forma completamente espontânea uma multidão começou a tocar e a cantar de forma calorosa pelas ruas do centro da cidade, deixando todos muito emocionados. Assim, da mesma forma, foi o ano do “Bolero” de Ravel, que num momento de parada para realização de um baile, no pátio do Museu de Arte Moderna, os músicos executaram a obra com sopros e uma fortíssima marcação da percussão, levando todos os foliões que ali estavam ao delírio. Uma música, que também ganhou destaque nesse bloco, foi a tradicional marchinha “Índio quer Apito” de Haroldo Lobo e Milton Oliveira, isso, por conta de uma coreografia bastante executada durante os cortejos, na qual os foliões imitam os sons de índios, se mantendo abaixados durante uma parte da música e, de repente, se levantam e pulam de forma frenética no andamento do refrão.

Soma-se, ainda a característica apropriada pelos blocos livres, de rompe completamente com qualquer tentativa de maior controle, que são os trajetos definidos na hora. Um comportamento que já virou prática nos desfiles e que dão um verdadeiro nó nos agentes de trânsito e nos organizadores oficiais da Prefeitura. Esses circuitos acabam sendo realizados mediante as afinidades do maior número de pessoas, que decidem, na maioria das vezes, de forma democrática, por onde o bloco vai passar. Nesses momentos, que observamos com mais força o

sentimento de apropriação das ruas, de resignificação da utilização dos espaços comuns, locais que estão associados ao deslocamento para o trabalho, para obrigações diárias, com regras e convenções próprias ao longo do ano e que em alguns dias festivos se tornam uma passarela para diversos sentimentos como libertação, exaltação, desprendimentos e tudo isso com uma boa dose de ironia. Contemplamos o clímax da chegada desses blocos nas grandes avenidas, praças, locais que, inclusive, já se tornaram tradicionais em relações afetivas, como o pátio do Museu de Arte Moderno e o espaço dos pilotos do prédio do MEC. Esses dois lugares completamente emblemáticos no sentido das disputas territoriais. São locais que os blocos começaram a utilizar como paradas para a realização de bailes, pois, com estruturas parcialmente fechadas, propiciavam uma acústica que amplificava os sons dos instrumentos e o canto das massas. O que acabava sendo uma atração nos desfiles, onde os foliões ansiavam pela chegada nesses lugares, foi interrompido por muros de tapumes colocados por administradores públicos e privados. Com os mesmos argumentos cotidianos da preservação de espaços erguidos em cimento, os foliões indagam quais são os reais interesses de se proibir manifestações culturais de ocorrer em locais que acabaram se tornando lugares afetivos, de compartilhamentos e de proximidades. E se a melhor designação é o cerceamento ao espaço com a utilização de tapumes.

OS LIMITES DA INSUBORDINAÇÃO E AS APROPRIAÇÕES E VIGILÂNCIA DO CARNAVAL ALTERNATIVO PELO CAPITAL

Já discorreremos sobre vários elementos da polarização entre os blocos livres e os agentes públicos do capital. Existe, numa parcela grande de foliões, principalmente nos mais jovens, uma ingênua e exagerada concepção de transgressões, de insubordinação e de liberdade de manifestação e de expressão dentro dos blocos. Aqui, queremos debater algumas problemáticas desse pensamento demasiado de rupturas, pois nenhuma manifestação, por mais livre que possa parecer, irá se deslocar da totalidade das relações de poder da sociedade e, ademais, carregam suas próprias limitações e contradições.

Diz Lefebvre (1994, p. 32)

ao mesmo tempo em que o espaço carrega consigo simbolismos explícitos ou clandestinos – representações das relações de produção – próprios do cotidiano, do particular, do vivido, transmite, também, as mensagens hegemônicas do poder e da dominação – representações das relações sociais de produção –, expressões do geral, do concebido.

É importante refletirmos a noção de hegemônico, ao tratarmos do poder e da dominação da qual Lefebvre aponta, pois, os espaços, como produtos sociais

para serem consumidos e usados, são também meios de produções; e assim, não podem ser separados das forças produtivas, nem da divisão social do trabalho e muito menos do Estado como um todo. Qualquer espaço, e aqui entendendo como produzido por relações socioculturais, são passíveis do preenchimento e atravessamento de gestores do capital. O carnaval alternativo, quando pouco representativo, sofria mais repressões pelo poder público. Ao ganhar adesões de massas, passa a ter uma maior centralidade e impõe uma reconfiguração do espaço urbano durante os dias de carnaval. Voltando ao pensamento de Lefebvre (2015, p. 61) “é através das mediações que irão se dar as relações entre classes e de luta de classes”. Entre os gestores do capital privado e as inúmeras organizações e grupos carnavalescos. Outra questão que se coloca, trazida por Harvey (2014) é a escala dessas manifestações. Não podemos imaginar que algo que funcione bem em determinada circunstância, em pequena escala e com organizações bem peculiares vá se traduzir da mesma forma em outras escalas, através de soluções globais, sem levar em consideração elementos de subordinação e hierarquia; propriamente do poder.

O forte marketing que permeia as relações urbanas também acaba se fazendo presente no carnaval de rua. Hoje, é muito comum observamos os ditos “pequenos empreendedores” lançando suas marcas dentro dessas festividades. São bebidas artesanais, doces, sanduíches, salgados e até roupas impulsionando novos nomes nos desfiles não oficiais. Produtos muito bem pensados que buscam dialogar com sentimentos e características dos foliões alternativos (como um exemplo, produtos para consumo de públicos veganos e vegetarianos). Esse tipo de empreendedorismo pode trazer contradições para os ideários carnavalescos, em razão de acometer uma reprodução da própria lógica que se propõe a combater da mercantilização da festa. Os próprios produtos, como novas apresentações e componentes se colocam como uma “gourmetização” que disputa espaço e mercado com os tradicionais vendedores ambulantes, trazendo um elemento bastante conflitante entre diferentes classes sociais. O próprio perfil, da maioria dos componentes dos blocos não tradicionais, já demonstra limitações de escalas e de classes. Em geral, são pessoas com maior tempo livre, com boa formação acadêmica, com assegurado poder aquisitivo, com disponibilidade para uma grande demanda de consumo e que optam por produtos de maiores qualidades. Possuem suas residências nas áreas centrais e mais valorizadas da cidade, com melhor infraestrutura de transportes, como a linha 1 do metrô e não fazem grandes deslocamentos de idas e voltas para os cortejos. Um público bem diferente do que se apresenta nos blocos de grandes aglomerações, como o Cordão da Bola Preta e os de artistas famosos. Um perfil mais popular, de classes mais baixas, que se deslocam em trajetos bem maiores para as áreas centrais e que não participam tão intensamente dos dias de folia,

seja pelas dificuldades objetivas de organização e do trajeto, como também do tempo, pois muitos trabalham até no carnaval. Surge, nesse sentido, as próprias limitações do carnaval livre em conseguir de fato romper as amarras para os que mais necessitam dessas liberdades, pois com o aprofundamento cada vez maior do capital e de suas imposições; as disputas no seio da sociedade, as saídas individuais e oportunistas também se manifestam com mais intensidade. Os valores de troca acabam se sobrepondo com força aos valores de uso também nos blocos de carnaval.

Segundo (Harvey, 2014, p. 278)

Muitas pessoas decentes estão presas ao abraço de um sistema essencialmente podre. Se elas pretendem ganhar o suficiente para viver, não há outra opção a não ser vender a alma ao diabo: estão apenas “cumprindo ordens”, como nas famosas palavras de Eichmann, “fazendo o que o sistema exige”, como outros dizem hoje, em consonância com os princípios e práticas bárbaros e imorais do partido de Wall Street. As leis coercivas da concorrência forçam todos nós, em certa medida, a obedecer às normas desse sistema cruel e empedernido. O problema é sistêmico, não individual.

Temos, nesse sentido, os músicos que resolvem ser transgressores em um dia de carnaval, enquanto nos outros vendem suas forças de trabalho ou empresariam festas e blocos oficiais. Os foliões, que aproveitam as festas para tentarem impulsionar seus pequenos negócios e marcas. São muitos exemplos, de como é tênue a linha que separa ideais coletivos e libertários de práticas individuais e cotidianas, inclusive, até na especulação imobiliária, onde é normal observarmos pessoas do carnaval ofertando casas e dormitórios para o aluguel de diárias ou temporadas.

Já discorreremos sobre como os blocos não oficiais galgaram até praticamente tornarem-se os “oficiais” por conquistarem uma importante centralidade nas escolhas dos foliões, que passaram a ter uma intensa relação de afinidades com esses blocos, pelas características que apresentam. Discorreremos também sobre as diversas contradições presentes nesse crescimento, exatamente por essas manifestações não estarem isoladas do conjunto das problemáticas das desigualdades sociais, das formas de dominação e exploração da cidade e ainda as tentativas de mediações e cooptações por parte dos agentes públicos. Por último, não menos importante, são os mecanismos de vigilância e repressão aos blocos, principalmente os não oficiais e mais autênticos nos ideários do carnaval livre. Sabemos que a tecnologia perpassa todas as esferas da sociedade. Nos espaços públicos tem aumentado os mecanismos de vigilância de praças, ruas, avenidas, parques e logradouros públicos através principalmente de câmeras cada vez mais potentes e modernas. A justificativa do problema do aumento da violência tem facilitado a aceitação da maioria da população a esses mecanismos de controles, que acabam sendo utilizados para

outras demandas e sem nenhuma regulação ou restrição da sociedade. Para Pires (2014, p.345) “a vigilância elaborada por agências de inteligência que coletam, interceptam e armazenam e analisam dados coletados em massa tornou-se uma prática global”. É um elemento bastante contraditório e antagônico ao carnaval a existência de blocos vigiados por câmeras, que acabam transmitindo aos operadores de trânsito e aos agentes de segurança orientações dos próprios especialistas que fazem o gerenciamento do modelo de cidade excludente e autoritária. Como aponta Pires (2014) podemos ter elementos que conectem tipos de vigilância alienada e secreta. Surge, nesse sentido, a preocupação objetiva do roubo e armazenamento ilegal de dados de pessoas físicas, no sentido do que temos vistos ocorrer através de denúncias em diferentes partes do mundo. Mecanismos de espionagens que ferem o direito à liberdade de expressão e de opinião de forma livre.

De acordo com Harvey (2014, p. 279)

E, por fim, recorre ao monopólio da violência que todos os Estados soberanos reivindicam para excluir o público de muito daquilo que se apresenta enganosamente como espaço público e para acossar, manter sob vigilância e, se necessário, criminalizar e encarcerar todos os que não se submetem irrestritamente a seus ditames. Eles se superam nas práticas de tolerância repressiva que perpetuam a ilusão de liberdade de expressão, na medida em que ela não exponha cruamente a verdadeira natureza de seu projeto e o aparato repressivo em que se apoia.

No próprio domingo de carnaval tivemos a informação da realização da “Operação Boi Tolo”, com o intuito de tentar controlar o desfile do maior bloco alternativo. A grande questão é que toda imposição hegemônica acarreta uma luta contra-hegemônicas e o próprio bloco citado, nos últimos dois anos, já se dividiu em cinco saídas ou “boiadas”, por diferentes localidades do Centro do Rio, para fluir melhor os desfiles, dar conforto e manter autenticidades, e, ao mesmo tempo evitar qualquer tipo de um maior controle ou repressão pelos poderes públicos.

CONCLUSÃO

Muitos resgates sobre o carnaval de rua precisam ser feitos, pois ajudam a contar a história da nossa própria construção como sociedade. Muitas representações que os cariocas possuem, de construções de identidades e de subjetividades, vieram dessa festa máxima. Muitas concepções novas vão aparecendo, outras se perdendo ou se modificando nas construções socioculturais do carnaval de rua. Uma construção coletiva de resistência e de luta pelo que Lefebvre(2015, p.86) chamou de “socialização da sociedade”, onde os signos da cidade só se farão presentes num carnaval autêntico, se esse for conquistado pelos foliões livres, “descompromissados”, apenas vivenciando e ocupando espaços de socialização

plena, apropriados e renovados para o interesse de um lúdico guiado somente para o valor de uso e com uma consciência do direito à cidade como um todo.

REFERÊNCIAS

Almeida, Maria Geralda de. (2013). **“Cultura, paisagem e patrimônio cultural: reflexões desde o Brasil Central”**. Revista Espaço e Geografia, 16(2), 417-440.

ALMEIDA, M.G. **“De Festas rurais e turismo em territórios emergentes”**. Biblio 3 w (Barcelona), v. XV, 2011. P.919

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ). **Consulta de decretos e projetos de leis**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/>> Acesso em: 05 de Julho 2018

DI MÉO, G La géographie en fêtes. GAP: Ophrys, 2001

HARVEY, David. **“Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana”**, São paulo, Martins Fontes, 2014

LEFEBVRE, Henri. **“O Direito a Cidade”**, São Paulo, Centauro, 2015.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/RJ. **Consulta de decretos e projetos de leis. Rio de Janeiro, 2018**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/prefeitura/rj/rio-de-janeiro>> Acesso em: 05 de Julho de 2018

MASCARENHAS, G. **“Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol”**. Cidades, v. 10, n. 17, 2014.

MENDONÇA, Valéria; FIGUEIREDO, Pedro; NEVILLE, Pedro. **Riotur estima 6 milhões de foliões no carnaval, com 1,5 milhão de turistas**. G1, Rio de Janeiro, Jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/prefeitura-do-rio-espera-15-milhao-de-folhoes-estrangeiros-para-o-carnaval.ghtml>> Acesso em: 9 de Jul de 2018.

PIRES, H.F. **“Globalização e Integração Financeira e Tecnológica entre os Países Emergentes: O Novo Banco De Desenvolvimento do Brics”**. In: Revista Geo UERJ, Rio de Janeiro, Nº 27, pp.283-292, 2015. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/18952/14670>

PIRES, H.F. **“Geografia das Indústrias Globais de Vigilância em Massa: Limites à liberdade de expressão e organização na Internet”**. [En línea. Acceso libre]. Ar@cne. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 183 , 1 de Abril de 2014. [ISSN: 1578-0007]. <<http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-183.htm>>.

VAINER, C. **“Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro,2011”**. Disponível em: <www.br.boell.org/web/51-1266.html>. Acesso em: 17 fev. 2012.

VAINER, C.E. **“Pátria, empresa e mercadoria. Notassobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico”**. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1999 (mimeo.) e neste volume.

SOBRE O ORGANIZADOR

LUIS RICARDO FERNANDES DA COSTA - Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Doutor em Geografia (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, com período sanduíche na Universidade de Cabo Verde - Uni-CV. É Licenciado (2012) e Mestre (2014) em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi bolsista de Iniciação Científica com o projeto Megageomorfologia e Geomorfologia Costeira do Nordeste Setentrional Brasileiro (Ceará e áreas adjacentes do Rio Grande Norte e Paraíba), com ênfase nos estudos sobre geomorfologia fluvial no sertão de Crateús e áreas adjacentes. Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, na modalidade Apoio Técnico (AT). É pesquisador do Laboratório de Geomorfologia da UNIMONTES, atuando principalmente na área da geografia física com ênfase em geomorfologia, análise ambiental em áreas degradadas/desertificadas, fragilidade ambiental e sítios urbanos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação antrópica 26

Alagamentos 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Amazônia 11, 13, 15, 18, 19, 43, 55

Áreas montanhosas 14

Atmosfera 12, 13, 14, 23, 24

B

Bloco 57, 59, 65, 66, 67, 71

C

Campos médios sazonais 13, 15

Carnaval 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72

Chuvvas 16, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 33, 34, 36, 38, 41, 42

Cidade 4, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72

Climatologia 13, 15, 16, 18, 44

Continente 12, 15, 27, 30, 40

Cultura 3, 7, 47, 57, 65, 72

D

Decreto 57, 62, 63, 65

Desenvolvimento 2, 3, 5, 8, 9, 31, 47, 49, 58, 72, 73

E

Empresas de publicidade 45, 46, 48, 52

Escoamento 25, 26, 37, 44

Espaço 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 23, 24, 35, 37, 42, 47, 50, 54, 55, 56, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 71, 72

F

Fluxos 1, 3, 5, 9, 14, 35, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54

Fragmentação 1, 6, 9

Futuro 47, 48, 57

G

Geografia 7, 1, 2, 3, 4, 10, 44, 45, 53, 54, 55, 56, 66, 72, 73

Geografia Cultural 2, 3, 10

Globalização 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 55, 72

I

Infraestrutura 8, 25, 26, 46, 48, 62, 69

Internet 5, 60, 72

L

Lugar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 46, 49, 57, 58, 59, 61, 64, 65, 67

M

Mesoescala 12

Metrópoles 9, 24, 25, 37, 44, 52

Mobilidade 7, 8, 9

Modelo 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 60, 61, 64, 71

P

Precipitação 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 26, 28, 30, 38, 39, 44

Precipitações 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 34, 38, 42, 43

Psicosfera 45, 46, 52, 53, 54, 55

R

Rede Urbana 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55

Região 3, 10, 15, 16, 23, 27, 54

Rio de Janeiro 10, 43, 45, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 72

Rio Vermelho 21, 22, 23, 28, 29, 32, 40, 41, 42, 43

Rua 33, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 71

S

São Paulo 10, 23, 43, 44, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 72

Segurança 58, 65, 71

Sistema Clima Urbano 21, 23, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 44

Superfície terrestre 12, 19

T

Tecnosfera 45, 46, 48, 49, 53, 54

Território 5, 23, 46, 47, 48, 49, 55, 56

 **Atena**
Editora

2 0 2 0